

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 08-02-2023.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Biga Pereira, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Pablo Melo, Pedro Ruas e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nos 435/22 e 020/23 (Processos nos 0896/22 e 0044/23, respectivamente), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 012/23 (Processo nº 0032/23) de autoria de Hamilton Sossmeier; o Projeto de Lei do Legislativo nº 015/23 (Processo nº 0039/23) de autoria de José Freitas; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 025/23 (Processo nº 0054/23) de autoria de Claudio Janta. Também, foi encaminhado Requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 420/22 (Processo nº 0861/22). Na oportunidade, por solicitação de Alvoni Medina, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas dos terremotos ocorridos na Turquia e na Síria. Às quatorze horas e trinta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Jessé Sangalli, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 623/21 (Processo nº 1370/21). Foi apregoado Requerimento de autoria de Mônica Leal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 037/17 (Processo nº 2148/17). Na oportunidade, em alusão ao transcurso do aniversário de duzentos e cinquenta anos da Câmara Municipal de Porto Alegre, foram entregues placas comemorativas aos vereadores Airto Ferronato, Comandante Nádia, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Pedro Ruas, em referência aos respectivos tempos de exercício de mandato neste Legislativo. O Presidente concedeu a palavra a Airto Ferronato, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Pedro Ruas, homenageados presentes no Plenário, que agradeceram a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e um minutos às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Foram apregoadas a Emenda nº 02 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, ambas assinadas por Airto Ferronato, apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 196/21 (Processo nº 0513/21), bem como foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio dessas proposições às Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei

do Executivo nº 025/22 (Processo nº 0721/22), após ser discutido por Pedro Ruas e Tiago Albrecht, por vinte e três votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 016/23 (Processo nº 0060/23), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Alexandre Bobadra, Tiago Albrecht, Mônica Leal, Giovani Culau e Coletivo, Roberto Robaina, Ramiro Rosário, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Jessé Sangalli, Karen Santos e Fernanda Barth, por treze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Karen Santos, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 196/21 (Processo nº 0513/21), discutido por Pablo Melo, Claudio Janta, Prof. Alex Fraga, Airto Ferronato, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Márcio Bins Ely e Mari Pimentel, e encaminhado à votação por Pablo Melo. Foram aprovados: as Emendas nºs 01 e 02, apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 196/21; a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 196/21; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 196/21. Em Votação, foi rejeitado o Requerimento nº 011/23 (Processo nº 0048/23), após ser encaminhado à votação por Moisés Maluco do Bem, Jessé Sangalli, Biga Pereira, Pablo Melo, Alexandre Bobadra, Prof. Alex Fraga, Pedro Ruas, Comandante Nádia, Moisés Maluco do Bem, Giovani Culau e Coletivo e Jonas Reis, por onze votos SIM e quinze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Às dezessete horas e quarenta e um minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Prof. Alex Fraga, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima Sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Cláudia Araújo. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelas mais de 5.400 pessoas que perderam a vida, famílias perderam os seus filhos, no terremoto ocorrido na Turquia e na Síria.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB) – às 14h32min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 623/21.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCL nº 037/17.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Como parte dos 250 anos da Câmara Municipal, por proposição da Mesa Diretora, iniciaremos a homenagem aos seis vereadores com maior tempo de atuação parlamentar nesta Casa. A homenagem simbólica representa a gratidão desta Casa e da população porto-alegrense pelo importante trabalho realizado pelos colegas neste Legislativo.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Serão chamados os vereadores e as vereadoras, na respectiva ordem cronológica, que receberão do Presidente Hamilton Sossmeier uma placa de homenagem: Ver. Pedro Ruas, Ver. Airto Ferronato, Ver. João Bosco Vaz, que está em viagem, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver.^a Mônica Leal e Ver.^a Comandante Nádia.

(Procede-se à entrega da placa com a exibição das imagens da trajetória dos vereadores.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereador Hamilton Sossmeier, Presidente, colegas vereadoras, colegas vereadores, eu fico muito agradecido por essa homenagem, por esse reconhecimento, e transmito, nas pessoas do Roberto Robaina, nosso colega, do Alex Fraga, nosso colega, da nossa colega querida Karen Santos, a minha alegria em completar esse período que não está concluído, apenas completar no

sentido da homenagem, exatamente pelo PSOL. É uma honra muito grande, Presidente, e esse vai ser, seguramente, um dos registros mais importantes para mim, do meu gabinete, na minha vida. Então agradeço aos colegas, às colegas, à Mesa Diretora e ao Presidente Sossmeier. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Hamilton, a todos os vereadores e vereadores da Mesa que estão conosco, às senhoras vereadoras e aos senhores vereadores, a minha esposa Silvia, que está presente e eu nem sabia, eu quero dizer que recebi com bastante satisfação essa homenagem – eu não estava sabendo dela –, mas eu quero registrar a importância que é estar aqui enquanto vereador de Porto Alegre de longo tempo. Todos nós buscamos representar a cidade, trabalhar pelo seu desenvolvimento, pelo bem-estar das pessoas porto-alegrenses, e dizer que para mim é motivo de orgulho e satisfação receber esse prêmio, esta nossa placa. Portanto agradeço. Um abraço a todos e todas. Bom estar com vocês. Obrigado! Que Deus acompanhe a todos nós. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadora, é com grande emoção que recebo esta homenagem e quis o destino que eu estivesse aqui nos 250 anos da Câmara Municipal. No terceiro mandato tenho absoluta certeza de que sempre prezei o que é público; e sempre buscamos dar exemplos de mandato com seriedade, com responsabilidade, e não utilizamos as críticas aos partidos, porque nós temos amigos em todos os partidos. O partido é formado por uma sociedade e na sociedade nós temos todos os tipos, todos os perfis de seres humanos.

Eu quero ler essa linda homenagem que me emocionou, não por estar passando por um período muito sensível, mas me emocionou pela gentileza da Mesa Diretora: “A Câmara Municipal de Porto Alegre em alusão às festividades dos seus 250 anos presta justa homenagem à vereadora Lourdes Sprenger pela sua atuação na defesa desta Casa Legislativa [e realmente, defendendo essa Casa Legislativa] em prol do bem-estar do povo porto-alegrense e do desenvolvimento de Porto Alegre. Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2023. Presidente, Hamilton Sossmeier.” Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, querido Sossmeier; Mesa Diretora, colegas vereadores, vereadoras, assessores, políticos, funcionários dessa Casa, imprensa da qual é a minha origem como jornalista. Eu, por mais que quisesse, em palavras, exteriorizar a minha emoção de receber esta homenagem, eu sei que não conseguiria, e por uma razão muito simples: a Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul tem uma importância muito grande na minha vida. Eu já fui secretária de Estado, da cultura, e lembro bem que, numa conversa com a Governadora Yeda Crusius, eu disse que gostava do meu trabalho, mas sentia muita falta deste convívio, desta Casa, tanto que, durante a minha vida inteira, mantive a minha conta na agência do Banrisul para ter como obrigação vir aqui. Mas eu quero dizer aos senhores e senhoras que a Ver.^a Lourdes leu o dizer desta placa e ele tem extremamente verdades e aqui eu vou ler o nosso juramento, um juramento que nós, vereadores, fazemos ao assumir o mandato, mandato conferido pelo voto, pelo povo e que eu levo muito a sério. Defendendo esta Casa acima de qualquer situação, porque eu estou no meu quarto mandato de vereadora e tenho 12 anos de assessora nesta Casa onde eu ficava sentadinha ali atrás assessorando o vereador Coronel Pedro Américo Leal, quando a lei assim o permitia. Eu conheço esta Casa, eu sei da seriedade dela, eu sei do rigor com o dinheiro público, compromisso regimental dos vereadores: “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia Municipal e exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo” e assim eu tenho seguido. Muito obrigada, é com muita emoção que eu recebo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Hamilton Sossmeier, querida Cláudia, Alvoni, a Mesa Diretora de 2023 desta nobre Casa Legislativa, Casa esta que é exemplo para outras câmaras de vereadores do Rio Grande do Sul, uma vez que, aqui em Porto Alegre, tudo é muito mais pujante. Quero dizer que eu fiquei surpreendida agora quando eu cheguei: “Olha a placa...” Que placa? O que que eu fiz, pelo amor de Deus? Mas na surpresa a gente se alegra muito mais, e a fala é muito mais fluida. Quero agradecer aqui por esta placa dos 250 anos da nossa Porto Alegre. Eu tenho 55 anos de idade, sou uma das poucas né, são poucos os vereadores que nasceram em Porto Alegre, eu nasci no Beneficência Portuguesa há 55 anos e tenho orgulho de fazer parte desta Câmara de Vereadores, uma vez que aqui nós podemos ajudar as pessoas. Quando ingressei na política, eu dizia: “Eu quero mudar as ruas; as ruas têm que ser boas; têm que ser seguras; as ruas têm que dar oportunidades para os nossos jovens, para os empreendedores; nós precisamos de liberdades...” E é isso que aqui eu venho

fazer. Agradeço à Mesa Diretora por esta belíssima homenagem. E eu estava perguntando: “É a das mais velhas?” Daí já me gritaram: “Não é a das mais velhas, são para as que estão mais tempo aqui; que são jovens por mais tempo, mas fiquei bem feliz e quero dizer que, no meu segundo mandato, me sinto muito mais comprometida, muito mais habilitada para ajudar Porto Alegre. E aos colegas aqui, muito obrigada pela deferência, contem comigo. É isso que nós precisamos, diálogo, parceria e liberdade para a gente estar aqui com todo o respeito, com as diversidades, falando e dispondo sobre as diferenças, porque isso nos faz mais fortes. Muito obrigada, Presidente Hamilton e toda a Mesa Diretora por essa homenagem muito linda que vai estar guardada não apenas no meu coração, mas no meu gabinete. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Suspendo os trabalhos por dois minutos para o registro fotográfico. Lembrando que, durante os anos, os demais vereadores foram homenageados, aqueles que estão há mais tempo na Casa, e a Câmara de Vereadores estará homenageando a todos.

Suspendo os trabalhos para o registro fotográfico.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 14h51min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB) – às 14h54min: Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 02 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLL nº 196/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 196/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0721/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/22, que denomina Guilherme Socias Villela o Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua General João Manoel, nº 157, Centro Histórico. **(SEI 118.00431/2022-63)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 06-02-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLE nº 025/22. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra de nos assistir presencialmente e pela TVCâmara. Eu quero dizer, invocando um testemunho da Ver.^a Mônica Leal, que eu tenho em relação ao nosso ex-prefeito e ex-vereador, meu colega vereador, Guilherme Socias Villela, a maior simpatia. Aos 19 anos – eu tenho 67 anos –, eu era escriturário concursado da Prefeitura, e, quando tomei posse, era o primeiro ano como prefeito do Villela. Então, eu tenho uma relação de amizade também com sua senhora, Ana Pellini. Mas é um problema, Ver. Robaina, porque nós temos uma legislação, Ver. Cassiá, que preside a Comissão de Ética, que é a Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994, que proíbe exatamente a denominação de logradouro e equipamentos públicos para pessoas vivas. E há uma lógica nisso, que não é apenas porto-alegrense, nem gaúcha, nem brasileira, ela é mundial. Há muitos anos eu vi uma explicação de um escritor argentino sobre essa questão: é que, enquanto está vivo, nós podemos fazer coisas boas e ruins, por óbvio, a obra está completa e não pode mais ser modificada para o bem ou para o mal após o óbito. E ainda bem que está vivo o Guilherme Villela, que é uma grande pessoa. Mas eu sou obrigado a votar contra a homenagem porque fere a lei e fere a lógica. E não há mérito, não há falta de argumento, mas fere a lei, está aqui a legislação, Lei Complementar nº 320, de 1994, e fere a lógica. Como assim? Então, todos vão homenagear os vivos, aliás, nem é apenas a morte, tem que haver 90 dias após o óbito! Eu não sei como esse projeto chegou à votação, não sei, mas sei que, infelizmente, tratando-se de uma pessoa tão boa, com tantos méritos, como é o Villela, Ver.^a Abigail, não é possível votar a favor. Não é possível, nós temos que votar contra. E eu lamento de ser ele o homenageado. Lamento mesmo. Temos relações pessoais inclusive; muito boas. Mas não é possível votar a favor. Há legislação, repito, de uma orientação mundial, de não homenagear pessoas vivas – a não ser nas ditaduras, quando as pessoas homenageiam quem querem da sua família –, legislação brasileira, gaúcha e porto-alegrense. Em Porto Alegre, está aqui a lei, Lei Complementar nº 320. Lamentavelmente, mas é o nosso papel, Ver. Sossmeier, eu encaminho, pelo PSOL, para votarmos contrariamente ao projeto de lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLE nº 025/22.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas. Sem entrar tanto no mérito da escolha do nome, a respeito da questão legal, a nossa bancada técnica nos passou, Sr. Presidente, que, em verdade, a legislação não veda o que está no escopo desta proposição. Há um decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2010, que é o Decreto nº 7.341. (Lê.): “Art. 2º – Para fins deste Decreto, consideram-se: (...) § 1º Consideram-se equipamentos públicos urbanos as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres. § 2º Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres.” Portanto, Sr. Presidente, de acordo com a visão da nossa bancada técnica, não há impedimento legal devido a esse decreto do Sr. Presidente da República em 2010, pois esse prédio, essa instalação não entra na questão do decreto de logradouro, de nome de rua que realmente a pessoa precisaria estar falecida. Então, apenas para contribuir para o debate. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 025/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 016/23 – (Proc. nº 0060/23 – Vers. Aldacir Oliboni, Giovani Culau e Coletivo, Engº Comassetto e Pedro Ruas e Verª Karen Santos) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “aos atos terroristas antidemocráticos organizados pelo extremismo de direita em 08 de janeiro de 2023 que culminaram com o ataque e a depredação do patrimônio público das instituições democráticas da Câmara Federal, Presidência da República e Supremo Tribunal Federal, bem como de apoio às investigações em curso e a responsabilização criminal de seus participantes, organizadores e financiadores”. (SEI 021.00024/2023-42)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 016/23. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a matéria, como coautor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Hamilton, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Hoje, dia 8 de fevereiro de 2023, faz um mês que aconteceu, em Brasília, uma manifestação pública que nós chamamos, e a maior parte do povo brasileiro, de um ato terrorista antidemocrático que, queiram ou não, os cidadãos e as cidadãs estão hoje respondendo processos, os que estavam nesse ato, nesse quebra-quebra, que pode ser caracterizado como um ato golpista e terrorista. Portanto peço ao nobre diretor que passe algumas imagens desse dia 8 de janeiro de 2023, do fato que aconteceu em Brasília. E nós queremos defender esse dia 8 de janeiro para que todos os dias 8 de janeiro possam ser entendidos como um dia na defesa da democracia, da livre expressão, mas não como um ato terrorista, golpista e assim por diante. Nós inclusive falamos para Mesa Diretora para melhorar um pouco aqui a possibilidade de os vereadores colocarem vídeos, fotos, áudios, e, neste momento, nós estamos fazendo um grande teste para ver se, de fato, conseguimos colocar algumas das imagens conhecidas por todos os brasileiros e brasileiras, ali no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal e na Câmara Federal, onde esses cidadãos ocuparam esse espaço, invadiram e fizeram o maior quebra-quebra de destruição do patrimônio público e, queiram ou não, hoje estão respondendo por processos judiciais implementados virtualmente pelo Supremo Tribunal Federal.

(Procede-se à projeção de imagens.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, queremos chamar a atenção dos brasileiros e das brasileiras, de todos nós, vereadores e deputados, para que tenhamos limites para poder expressar a vontade ou a nossa vontade, ou a livre expressão de pensamento, que ela não chegue ao momento de depredar o patrimônio público, porque isso se caracteriza como crime contra o patrimônio público.

Esse dia 8 de janeiro, ele é para nós uma data que marca a possibilidade real, concreta de dizer a todos os governos que estão por vir, ou que vieram, e que tentaram defender o golpe, que não tem espaço mais para o terrorismo, para a invasão e quebra do patrimônio público, mas, principalmente, é uma moção de repúdio a esses atos antidemocráticos, que, inclusive, teve a adesão de mais de 90%, não só do Parlamento, mas também das instituições que se manifestaram, logo após uma reunião do novo governo, e se dirigiram ao Supremo Tribunal Federal em solidariedade aos agentes, enfim, aos ministros, deputados que sofreram esse duro golpe, eu diria, contra a democracia. Portanto, é apenas um gesto de sinalização de que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre estará se pronunciando diante disso, que concorda, obviamente, de que temos que repudiar esses atos antidemocráticos e que jamais a população possa se motivar a imaginar que é possível ser contra aquilo que a própria Constituição diz de uma eleição legítima e de algo que foi referendado pelos órgãos públicos e pelo Supremo Tribunal Federal. Então queria pedir a solidariedade, a compreensão, por ser um gesto democrático da nossa Câmara de apoiar e de votarmos, por unanimidade, esse ato de repúdio à invasão e à quebra contra o nosso patrimônio público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23, como coautor.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos assiste; eu falava há pouco, Ver. Oliboni, para o Ver. Roberto Robaina, que, quando eu assinei essa moção, eu disse que ela tinha um caráter evidente de ingenuidade. A nossa moção é ingênua, mas ela é importante, por isso assinei, porque ela vai colocar uma realidade que tem que aparecer. Eu acho que nós não vamos aprovar a moção, Ver.^a Karen, mas essa realidade precisa aparecer numa votação nominal. Claro, é natural, porque nós sabemos e eu não estou questionando a posição de vereadores e vereadoras, nem é meu hábito, todo mundo sabe. Não é assim, eu não faço oposição a vereadores, mas quero dizer que dificilmente será aprovada, porque nós sabemos que há simpatia de setores representados na sociedade, nesta Casa e em alguns outros parlamentos, e aqui nesta Casa esse sentimento é majoritário, de apoio aos atos que destruíram as sedes do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional. Há esse apoio, sim, por setores importantes da Casa, aqui – há! Não é bom que haja? É péssimo que haja, mas há, é uma realidade. Então, quando eu falei, Ver. Oliboni, na ingenuidade da apresentação, eu também fui a favor e assinei para poder, na votação nominal, expor isso, publicizar isso, para que não fique aquele discurso “Não, eu era contra, mas a situação levou; eu sou contra, mas isso, mas aquilo”. Não, agora é uma votação, um definidor de águas, Ver. Roberto Robaina: ou repudia, e quem não repudia, aprova. Quem não repudia, aprova! Por isso a moção, aí, sim, assume importância não pela sua improvável aprovação, Ver. Alex Fraga, mas pela sua certa revelação. Esse é o dado mais relevante de uma moção dessa natureza, ela nos revela, ela nos mostra, ela nos diz quem somos. Aquela barbárie que ocorreu, e há pouco se via ali no nosso painel, teve muito apoio de político, sim. Aliás, boa parte daquilo foi organizado em gabinetes de políticos – vários deles nós sabemos quem são. Então é importante que no parlamento inteiro, desde a Câmara Federal, desde o Senado da República, às assembleias legislativas, às câmaras municipais, que são quase 6 mil no Brasil, haja, vereadoras e vereadores, a demonstração de quem é quem, e esta moção cumpre esse papel, e, nesse sentido, ela é importante. Por óbvio, eu quero encaminhar pela aprovação da mesma. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Em homenagem a alguns colegas vereadores: povo de Porto Alegre, não é bem assim. Nós temos várias pautas importantes para a gente se preocupar, importantes mesmo. Protocolei aqui nesta Casa uma moção de apoio ao piso nacional dos guardas municipais e coloquei no grupo de vereadores para que possam assinar. Protocolei também uma moção de solidariedade ao

povo sírio em virtude dos terremotos e da catástrofe que ocorreu nos últimos dias naquela região.

Vamos lá, esta moção de apoio tem um problema linguístico. Eu sou professor de direito constitucional, não de língua portuguesa, mas é de notório saber que terrorismo é diferente de vandalismo. Eu vou dar um exemplo de vandalismo para vocês: membros da bancada de partidos da esquerda ultraradical invadiram esta Casa e cometeram atos de vandalismo, ficaram nus nesta Casa, defecaram nesta Casa, quebraram, invadiram, depredaram – eles utilizaram o termo ocupar, mas eles invadiram. E, naquela época, a administração não teve força para colocá-los para fora. Alguns até são parlamentares e passavam de gabinete em gabinete chorando, pedindo “Por favor, me dá uma chance, me perdoa”, e agora são deputados. Mas é assim, quando precisam, são humildes, quando conseguem o que querem, mostram unhas de tamanduá. Agora essa Moção de Repúdio a atos de terrorismo. Nós todos repudiamos qualquer tipo de ato de terrorismo, só que atos de vandalismo devem ser apurados, e eu não entendo por que o ex-condenado Luiz Inácio Lula da Silva impôs cem anos de sigilo às imagens aos atos de vandalismo. Eu quero fazer um desafio aqui à bancada da esquerda ultraradical: vamos ter acesso a essas imagens, porque nós temos informações importantes de que membros do Poder Executivo Federal assistiam de camarote enquanto vândalos infiltrados invadiam o Congresso, o STF, e cometiam barbáries. Atos de vandalismo, não de terrorismo.

Quero trazer à tona para vocês também alguns feitos importantes do governo Lula, que têm a ver, sim, com essa Moção. Quero dizer para vocês que o governo Lula não precisa de oposição, e vou dizer o porquê. Vamos lá: volta da Lei Rouanet – só a Claudia Raia, R\$ 5 milhões; criação da moeda única do Mercosul; salário mínimo de R\$ 1.320,00 não saiu do papel; ministro de Lula usa emendas para asfaltar ruas da sua fazenda; Lula veta aulas de programação e robótica na grade escolar; Ministério da Educação extingue a secretaria de alfabetização; Lula determina a retirada de mais um programa de privatização; Lula destina R\$ 10 bilhões para a cultura e R\$ 1 bilhão para o agro; vai votar contra o marco do saneamento; criação de uma procuradoria interna para patrulhar e calar pessoas na internet; revogou o decreto de armas; retoma aliança com os países Venezuela, Cuba, enfim; pressiona para que haja a retirada da independência do Banco Central; ministra do Turismo recebe apoio eleitoral, chefia milícia no Rio e contrata R\$ 1 milhão de reais em gráfica que não existe; Lula mora num hotel de luxo sem licitação; acordo de leniência com empreiteiras já condenadas. Por fim, abriu o sigilo de 100 anos do governo Bolsonaro e descobriu que o cartão corporativo foi menor que o do próprio Lula. E não posso deixar de destacar aqui como que eles decretam sigilo de 100 anos com as imagens do vandalismo do dia 8 de janeiro? A verdade faz bem à saúde, e nós votaremos contra essa moção que não tem nexos causal algum, porque Porto Alegre, o Rio Grande e o Brasil não podem parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, senhores colegas, eu também quero encaminhar o voto contra essa moção, mas começar repudiando o vandalismo, os bandalheiros, aqueles que quebraram o patrimônio público, o relógio de Dom João VI foi realmente uma perda muito grande. A gente precisa condenar essas ações, é o nosso dinheiro público que está lá e que vai ter que pagar. Só que, para quem lê o Direito Internacional, vê que falta um elemento básico para configuração de terrorismo, que é a questão étnica. Por exemplo, uma bomba numa mesquita é terrorismo, porque tem o ingrediente humanitário, étnico, não é o caso aqui. Então, ao invés de a esquerda, nesta Casa, fazer política em cima de uma desgraça dessa e trazer esses adjetivos – terroristas, extrema direita –, por que não trouxeram como uma moção de repúdio à bandalheira, à quebradeira! Por que não trouxeram como repúdio...

(Aparte antirregimental do Ver. Pedro Ruas.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): O senhor aguarde um minutinho, eu vou falar, o senhor fala depois; não vou lhe dar aparte nesse momento... O senhor falou sozinho, não...

(Aparte antirregimental do Ver. Pedro Ruas.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): ...É que o senhor falou sozinho! O senhor insinuou que nesta Casa tem gente que apoia e não deu os nomes. Isso é covardia! Dê os nomes aqui de quem apoia! Dê os nomes de quem apoia!

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Há um vereador na tribuna, por favor respeitem. O seu tempo está assegurado, vereador.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): O senhor falou sozinho, vereador. O senhor acusou gente aqui sem dar nomes, dizendo que aqui... Isso é uma acusação grave. Eu retiro a palavra covardia, peço perdão a V. Exa., estou retirando, não foi isso que eu quis dizer. Eu só acho que, como o senhor fez o seu discurso, eu fiz o meu, e o senhor vem interagir comigo, não tem problema. Eu só acho, Ver. Ramiro, que a gente precisa se ater ao que a lei diz. Então eu votaria com muito gosto, Ver. Oliboni, se fosse uma nota de repúdio à violência, quebra-quebra, depredação de patrimônio.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Aceito as ponderações de V. Exa., que pede desculpas adequadamente, e também lhe peço, por ter conversado de forma tão forte há pouco com Vossa Excelência. Muito obrigado.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado. Todo o nosso repúdio, toda a nossa condenação aos atos de bandalheira, de quebra-quebra, de vidraças quebradas, de patrimônio público, agora, eu não posso votar junto com uma politização de algo que foi tão sério para nossa República. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu peço a atenção de todos os colegas vereadores e vereadoras, porque o que eu vou falar aqui é muito grave. Eu me sinto extremamente ofendida com que eu assisti ontem na televisão no programa Pampa Atualidades e quem nesta tribuna fala em generalização, Ver. Tiago, não pode, de forma alguma, fazer o que o senhor fez. O senhor, ontem, na televisão, generalizou dizendo que todos os vereadores desta Casa gastam por conta verba de gabinete, privilégios... O senhor não tem ideia do que esta Câmara é de séria, rigorosa com dinheiro público. Só na gestão do Ver. Idenir Cecchim foram devolvidos R\$ 55 milhões. Sabe por quê? Economia de todos nós nos gabinetes. Na minha gestão, eu devolvi R\$ 45 milhões, economia de gabinete. Na minha bancada, que eu sou a líder... Por favor, eu peço que coloquem o áudio onde o Ver. Tiago diz que está nesta Casa, não usa esses privilégios, mas fala que os vereadores usam. Eu me senti muito ofendida. Eu saí da TV Pampa, no programa Pampa Debates, e quando eu escutei o senhor falar, eu fiquei extremamente ofendida. Das duas uma: ou o senhor é mal-informado ou mal-intencionado, e eu vou colocar aqui, porque, no mínimo, o que o senhor tem que fazer hoje é voltar naquele programa... (Mostra vídeo no celular.)

O senhor tem alguma dúvida de que isso não é verdadeiro? Pois só na minha bancada – Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Cassiá Carpes, esta vereadora que fala –, só nós, ali está a economia.

(Procede-se à projeção de imagens.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu me senti ofendida. O senhor sabe por quê? Porque eu prezo o meu nome. Não é *fake news*. O senhor falou. Eu ouvi, eu estava na frente da televisão. Eu fiquei muito triste, porque eu levo o nome do meu pai – Leal – com tamanha responsabilidade, e não aceito isso aqui. Não pode fazer isso. É assim que o NOVO se elege, falando mal de colegas, inventando coisas! Isso é um absurdo! Aí vem falar em generalização. O senhor fez isso ontem, vereador, o senhor termina a sua fala dizendo: "Eu sei disso, eu estou lá." E o que é mais triste é que quem escutou – agora o senhor é vereador –, então pensa assim: "Nossa, ele está lá, ele está lá e ele disse isso, então os vereadores gastam por conta os R\$ 17 mil." Eu não gastei em um ano esse valor, eu gastei R\$ 15 mil. O senhor sabe como eu me sinto? *Fake news!* É mentira! É mentira! Saiba o senhor que eu sou do Partido Progressista, da direita

equilibrada, mas eu respeito todos os meus colegas, eu defendo todos, porque nós somos muito responsáveis. Nós temos rigor com o dinheiro público. Foi esta Câmara que deu dinheiro para o governo Melo em plena pandemia, graças à economia de todos nesta Casa. Era isso, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Lembrando que não cabe aparte, não tem questão de ordem no encaminhamento da matéria. O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23, como coautor.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, difícil fazer uma manifestação neste momento em que o conjunto da Câmara se debruça sobre as suas questões internas. Eu quero apenas fazer uma referência à intervenção da Ver.^a Mônica que eu acredito que precisa ser uma responsabilidade do conjunto desta Câmara contra a criminalização da política. Eu acho que esse é o tema que merece a nossa atenção, mas eu quero voltar aqui, Ver. Pedro Ruas, ao encaminhamento do requerimento que estamos debatendo que é a Moção de Repúdio aos atos terroristas, ao vandalismo, à intenção golpista que nós vimos no Brasil no dia 8 de janeiro. O Ver. Alexandre Bobadra começou a sua intervenção aqui fazendo críticas a eventuais problemas jurídicos ou linguísticos na moção apresentada. Mas eu queria falar fundamentalmente do problema político da intervenção do Ver. Bobadra, porque nós não podemos fazer rodeios ou, se quisermos falar de forma rebuscada, tergiversar em um tema tão grave e tão importante, Ver.^a Biga, que é a necessária defesa por todas e todos nós da democracia. No final do ano passado, Ver. Oliboni, eu apresentei aqui uma moção de repúdio aos atos antidemocráticos que o nosso País vivia. A moção que eu apresentei naquela oportunidade, ela foi rejeitada com vários pretextos. Um deles era o direito à livre manifestação. Eu, em momento algum, apresentaria nesta Casa ou defenderia desta tribuna algo que fosse contrário ao livre direito de manifestação. Eu me criei no movimento estudantil organizando manifestações em defesa da educação, em defesa da democracia, mas nós, naquele momento, Ver. Jonas, apresentávamos a moção justo porque vivíamos no Brasil manifestações de caráter antidemocrático, quando reivindicavam intervenção militar. Eu falava naquele momento: nós não podemos nos omitir. Foi pedido a mim, Ver. Ruas, que tivesse bom senso. Eu respondi, naquele momento, que bom senso significa respeitar o resultado das urnas. Eu falava que nós não podíamos nos omitir, porque a ameaça golpista em curso no Brasil poderia crescer. E repudiar aquelas manifestações antidemocráticas era defender, por consequência, inclusive, este próprio Parlamento. Vimos no Brasil, no início de janeiro, os golpistas, os organizadores dos atos antidemocráticos saindo de acampamentos organizados no Brasil inteiro, indo para a capital federal e promovendo uma invasão dos poderes da República. Por isso que, na verdade, eu acredito que, neste momento, o que esta Câmara pode fazer é uma reparação, é demonstrar o seu compromisso sincero com

as instituições, com o voto, com a democracia, contra o vandalismo. É por isso que a bancada do PCdoB encaminha o seu voto favorável e faz um apelo para que aqueles e aquelas que têm compromisso sincero com a democracia tenham a oportunidade de garantia para que esta Casa faça uma reparação com o equívoco que cometeu meses atrás, no final do ano passado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores e vereadoras, público que assiste a TVCâmara, esse assunto é um assunto muito grave, obviamente. O Ver. Pedro Ruas, quando usou a palavra, fez um prognóstico sobre o resultado dessa votação. É um prognóstico muito sério, pessimista inclusive. Pessimista no sentido de que, se é verdade o resultado previsto pelo Ver. Pedro Ruas, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre não está atuando de modo consequente sequer para defender as instituições da democracia liberal e da democracia dominada pela classe burguesa no Brasil, porque o que ocorreu em janeiro foi uma ação de ataque às instituições da própria democracia liberal, realmente muito grave. Mas eu confesso que também tenho a mesma impressão, porque foi esta Câmara de Vereadores que votou uma moção de repúdio contra o juiz, contra o Ministro do Supremo Tribunal Federal que presidiu o Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Alexandre de Moraes, que teve uma votação de repúdio aprovada nesta Câmara de Vereadores. Então, de fato, eu tenho visto esta Câmara de Vereadores como uma instituição cuja maioria tem sido, sim, uma maioria a favor das políticas defendidas pelo ex-Presidente Bolsonaro. Não é uma questão qualquer. O bolsonarismo acabou se desenvolvendo no Brasil como um movimento que buscou e ainda busca organizar a construção de um projeto fascista para o regime político. O projeto fascista, em última instância, quer dizer que é um projeto de liquidação, sobretudo das organizações do movimento dos trabalhadores. Diante do conflito social, do conflito entre classes sociais, é possível, quando esse conflito é muito intenso, que surjam no interior da sociedade, sobretudo alimentadas pela classe dominante, correntes que têm essa racionalidade, que é a racionalidade de defender os interesses da burguesia, eliminando inclusive fisicamente as organizações que reivindicam os interesses da classe trabalhadora, sejam as suas organizações sindicais, sejam as suas cooperativas, sejam as suas organizações camponesas, sejam os seus partidos políticos. O fascismo tem essa natureza, e o bolsonarismo busca justamente ser uma expressão nacional disso. Ocorre que o fascismo não se impôs no Brasil, e não se impôs por uma série de razões, em primeiro lugar, porque a burguesia brasileira não fez majoritariamente essa opção. Porque é lógico que o bolsonarismo surgiu a partir de uma imensa decepção com a política. O bolsonarismo é a expressão da decepção com a política. A burguesia brasileira, uma parte dela, não acreditou o necessário para regular o conflito de classes e apostar num tudo ou nada; ou seja, apostar no enfrentamento entre as classes sociais, onde a classe

trabalhadora seria derrotada fisicamente, porque esse é o modelo do Bolsonaro, que não levou, não unificou a classe dominante. E nós vimos que o seu governo teve um nível de despreparo tão grande que foi o primeiro Presidente que perdeu uma eleição pós-democratização. Então, felizmente, a nossa extrema direita quando experimentou a sua primeira experiência de governo federal foi incompetente, não foi preparada e acabou perdendo a eleição. Não é à toa... Eu, quando escuto... Eu nem respondo ao Bobadra como vereador, nesse caso. Quando eu escuto o Bobadra, o Bobadra é um vereador que tenta navegar nesse ambiente, querendo ganhar voto. O Bobadra é um oportunista político, no sentido mais amplo da palavra. Aqui eu estou fazendo um conceito político, não é uma acusação pessoal, porque pessoalmente o Bobadra não me importa, mas politicamente o Bobadra é um oportunista. Então, o Bobadra é a expressão do despreparo. Como é que uma extrema direita chefiada por um Bobadra pode ter mais força do que nós? Não pode! Eles precisam se preparar mais! Mas nós não somos tolos, nós sabemos que o 8 de janeiro foi um movimento violento. Foi muito violento! Eles fizeram, eles cometeram... A extrema direita cometeu, além do mais, um grave erro político, porque eles se revelaram. Agora nós vamos ver, Pedro Ruas, se a Câmara vai se revelar de novo. Isso vai ser um teste para esta Câmara. Eu fui muito crítico ao Sebastião Melo na eleição porque o Sebastião Melo apostou no Bolsonaro e apostou do Onyx, e o Sebastião Melo era um político que dizia gostar do Che Guevara! O Melo deu um giro para a extrema direita. Como uma parte do eleitorado foi para a extrema direita, o Melo quis ir junto porque o Melo também é um oportunista político, convenhamos. Quem não conhece o Sebastião Melo como prefeito? Só que nós vamos tratar de armar uma luta, com isso concluo Presidente Hamilton, tremenda para desbolsonarizar Porto Alegre, e, para políticos desse tipo, despreparados, desqualificados, fiquem onde deveriam ter ficado sempre: fora das expressões do povo, fora da representação do povo, porque o povo não merece a extrema direita, e muito menos uma extrema direita despreparada como nós temos aqui na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Sossmeier, meus caros colegas, e muito especialmente, talvez, aqueles poucos cidadãos que nos acompanham pela TVCâmara. Poucos muito poucos, porque – vamos ser francos – a maior parte dos debates que acontecem nesta Casa infelizmente a população de Porto Alegre não acompanha. Talvez pudesse eu dizer que felizmente, porque se nós formos agora sair daqui os 36 vereadores, e irmos à rua perguntar o que está sendo discutido no plenário da Câmara de Vereadores nesta tarde, eles não saberão responder. E, se nós dissemos que estamos discutindo moção de apoio a isso, moção de repúdio àquilo, eles vão parar e olhar para gente e dizer: “Mas é para isso que vocês estão lá? Vocês não têm nenhum tema que possa, de fato, impactar a municipalidade?” Que é o que de fato nós

representamos. Eu tenho uma postura ideológica muito firme, utilizo as minhas redes sociais para isso. Antes comentava inclusive com o Luiz Afonso dizendo que não entendo o porquê muitas vezes se sobe aqui para fazer uma pauta retórica que não vai nos levar a lugar algum. E inclusive fica a provocação aqui: nós precisamos rever o Regimento Interno desta Casa, Presidente Sossmeier, e para moções de apoio ou moções de repúdio nós temos que botar uma espécie de um mecanismo limitador, que seja um por bancada, que seja um por bloco por determinado período. Se nós vamos começar a ocupar o tempo... Não estou dizendo aqui para deixar de discutir politicamente, ideologicamente, questões nacionais, tudo bem isso vai, de alguma forma ou de outra, sempre aparecer no debate. Mas ocupar o tempo da Casa como nós ocupamos para vivenciar, para olhar coisas como nós vimos aqui hoje, isso é inadmissível. Hoje o Ver. Pedro Ruas, do PSOL, passou de todos os limites, vereador. O senhor acha que esta tribuna aqui é uma rinha e que o senhor é um galo de rinha para sair da sua cadeira e subir aqui e tentar vir às vias de fato com um colega parlamentar? Quem o senhor pensa que é para tentar cassar a palavra de um vereador na tribuna? O senhor tem toda a liberdade fazer o que está fazendo agora, de me contrapor, se eu quiser, eu lhe dou atenção, se eu não quiser ouvi-lo eu não lhe dou atenção. Mas o senhor subir aqui num espaço sagrado de um parlamento... O senhor veio aqui em cima, está gravado! A isso sim – a isso sim! – nós vamos dar publicidade. Se ninguém assiste à Câmara de Vereadores, à TVCâmara, a isso sim nós vamos dar publicidade: o vereador que pensa que é um galo de rinha e que a tribuna é uma rinha. O senhor, que tem uma história tão longa, foi homenageado antes aqui pela sua antiguidade; o senhor que é sempre dito, e tido, e falado por muitos colegas que, dentro da esquerda, o senhor é uma voz ponderada, ser o protagonista de uma baixaria como o senhor fez hoje aqui, isso deve, sim, ser encaminhado, Presidente Sossmeier, à Comissão de Ética pela Mesa Diretora desta Casa. Isso não cabe à representação de um parlamentar na Comissão de Ética, isso deve ser encaminhado pela Mesa Diretora, porque não foi uma agressão ao meu colega pelo qual o senhor subiu aqui, foi uma agressão ao Parlamento, foi uma agressão à liberdade de cada vereador defender as suas ideias de forma plena e com o queixo erguido.

Dito isso, Presidente Sossmeier, que fique aqui o pedido para que nós possamos, sim, reconsiderar essa ferramenta, esse mecanismo de moções de apoio, moções de repúdio, porque certamente o porto-alegrense que está lá trabalhando, dando duro agora num momento como este, de tarde, para ganhar o seu sustento, certamente ele não concorda que nós ganhemos o nosso salário para fazer esse tipo de coisa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é lamentável o que nós assistimos, mas quero, inicialmente, falar sobre o assunto em discussão. Eu acho que o Ver. Oliboni e a

oposição foram inteligentes. Essa moção, na realidade, é um pega-ratão: o que eles gostariam é que fosse rejeitada. Ninguém quer aprovar essa moção aqui. A oposição, principalmente, não quer aprovar essa moção, logo, eu tenho que elogiar a inteligência de propor. O próprio Ver. Robaina disse “olha, isso aqui não vai ser aprovado”. Essa é a intenção. Às vezes, dá vontade de aprovar por unanimidade, porque todos nós reprovamos aquilo que aconteceu no dia 8. Ninguém vai me fazer defender aqueles atos. Ninguém. O Ver. Ramiro fez um discurso ponderado, chamou atenção do Ver. Pedro Ruas, que vai ter oportunidade de se defender aqui. Mas Ver. Ramiro, eu gostei do seu pronunciamento, não por ter chamado a atenção de um colega, eu gostei da proposição desse limite. Agora, eu cristão católico; o Ver. Ramiro é cristão luterano; e o Tiago é luterano também, mas, Tiago, cristão luterano não faz o que o senhor fez na televisão ontem. Terrorismo desmontando móveis nos três poderes é ruim, é feio. Mas o que o senhor fez na televisão ontem – o senhor que fugiu daqui –, fazendo terrorismo contra a honra de vereadores, é pior ainda! O senhor tem que pedir desculpas na televisão! Em outro lugar, eu não aceito! É lá onde o senhor se achou valentão! Lá o senhor se acha valentão! A empresa Pampa é muito séria! Ela não vai se prestar a deixar um oportunista como o senhor fazer o que fez ontem. O senhor veio bater na minha mesa pedindo: “Se você botar na Comissão de Ética, vai ser *fake news*!” Pois faça! Vamos fazer uma Comissão de Ética para esse Ver. Tiago. Quem ele pensa que é para fazer o que ele fez no primeiro dia de mandato?! Aliás, vamos avisar a suplente dele que ela está próxima de assumir, porque nós vamos cassar um tipo como esse! Não merece ser vereador. Se tivessem só 28, ele não estaria eleito. Se tivessem só 28, ele não estaria eleito, ele estaria sobrando, como está sobrando moralmente hoje em dia aqui. Está sobrando moralmente esse cidadão! Nunca pensei, um cara que se diz luterano confesso. A Igreja Luterana é muito séria! E a fé luterana é muito séria para ele fazer o que ele fez, se dizer luterano e fazer o que ele fez ontem. Também não merece ser vereador, não! Ele não sabe da nossa história! Ele não sabe como nós administramos esta Casa, Presidente Sossmeier, economizando e pedindo para os colegas economizarem, e todos economizaram. Aliás, o Ver. Ramiro fez um relatório de não gastos, mas não fez o que esse oportunista fez ontem, oportunista e mal-intencionado, e agora está assustado. Mas é bom que fique assustado, porque aqui ele não vai ter vida fácil. Se ele pensa que está na televisão, ele está na televisão, não sei se estará; aqui, vai ser difícil ele ficar, muito difícil. A vida dele vai ser difícil aqui, porque ele não respeita ninguém, não respeita nem a colega Mariana, que é uma das 36, não respeita. Então, só um aviso: aqui, não! Aqui, não, seu Tiago! Aqui você não está falando sozinho, nem no púlpito da igreja, nem no púlpito da Câmara, nem na televisão, você tem que dar explicações, e muitas! Se você pedir desculpa no mesmo espaço em que atacaste a Câmara, nós vamos repensar, mas antes vá lá na televisão. Não adianta fazer nota escrita, vai lá na televisão e peça desculpa para Câmara de Vereadores! Para a Câmara de Vereadores! Não adianta pedir desculpa baixinho, para ninguém ouvir, eu quero as desculpas lá onde você fez a acusação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): [Mostra cartaz: “sem anistia”.] Sem anistia! Sem anistia! Sem anistia! Sem anistia! Sem anistia! Sem anistia aos inimigos da Pátria, sem anistia aos inimigos da democracia, sem anistia aos que odeiam os trabalhadores deste País, porque quem paga o patrimônio público que foi destruído em Brasília é o povo trabalhador, não é a turma do jeitinho, não é a turma da mamata, do bem bom, da malandragem, não é a turma que fica meses em Orlando, é a empregada doméstica, é o motorista, é o açougueiro, é o padeiro, são os trabalhadores deste Brasil que carregam a Pátria nas costas pagando taxas altas impostos para quê? Para um bando de tresloucados ir a Brasília financiados pelos inimigos do Brasil destruir nada mais, nada menos do que R\$ 20 milhões em poucas horas, no STF, no Congresso, no Palácio do Planalto. E aí tem gente que vem aqui dizer “não é terrorismo, é um piquenique, é um encontro de amigos vestidos de verde e amarelo”. Ora, se uma pessoa, um parlamentar desta cidade tem a capacidade de vir aqui botar panos quentes, “espera aí que eu vou lá, pessoal, eu vou botar panos quentes, nós vamos derrubar essa moção”, isso é um ataque à Constituição Brasileira. O que foi feito foi terrorismo, sim, foi terrorismo, mas foi mais, foi muito mais, foram vários crimes, como dano à propriedade pública. Os bens culturais tombados, gente, de valor que não tem como calcular, não tem como calcular... Quem vai pagar? Não, vamos votar contra a moção. Sabe por que eu voto contra a moção? Voto contra a moção porque o meu salário está garantido, no final do mês eu vou receber, os meus assessores também vão receber, deixa que está sobrando dinheiro em Brasília! Presidente, será mesmo que está sobrando dinheiro em Brasília, quando a fila do SUS em Porto Alegre é dois anos de espera para consulta com um especialista? Eu sei que está sobrando dinheiro no caixa do Melo, R\$ 516 milhões. Vocês vão mandar esses R\$ 516 milhões para consertar o que foi destruído lá, e o dinheiro se transformar em vagas em creche, o dinheiro se transformar em pavimentação, pois essas estradas foram sucateadas pelo governo Bolsonaro. Vocês vão mandar esse dinheiro para melhorar o salário dos aposentados do Brasil? Vão? Me respondam! Aí, sim, vocês poderão votar contra a moção, terão moral para isso, do contrário, não! Este vereador faz um último questionamento: tem 105 gaúchos investigados ou com tornozeleira: vocês acham bonito votar contra uma moção que quer condenar criminosos? Vocês querem passar a mão na cabeça de criminosos? O que vai virar o Brasil, vereadoras e vereadores, meus colegas? Esses criminosos representam vocês? Eles estão com tornozeleira eletrônica. Sabem por que isso? Porque a pessoa não pode ficar sem ser rastreada, pode fugir, ela é perigosa! E aí vocês apoiam, vocês batem palma! (Bate palmas.) Obrigado, militantes das tornozeleiras, por destruírem Brasília, por atacarem a lei; eu estou aqui com vocês, vou votar contra a moção, vou apoiar. Sem mais a acrescentar. (Mostra cartaz “Sem anistia”) Sem anistia!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Fascistas! Fascistas! A gente ouviu isso todos os dias de pessoas do espectro político de esquerda acusando todos que são de direita de serem fascistas. Chega a ser chocante ouvir isso, e nós, que somos da direita política liberal, nos sentimos profundamente ofendidos por sermos chamados de fascistas. Eu me sinto ofendido, e cada um de vocês aponta o dedo para cada um de vocês aponta o dedo para cada um de nós, como se nós defendêssemos os absurdos que o fascismo fez na história da humanidade. Ninguém de nós concorda. Vocês já se perguntaram o que significa fascismo, quais são os principais aspectos do fascismo na história e como ele se reproduz hoje na sociedade? O fascismo tem duas principais características: a primeira característica do fascismo é o autoritarismo. O autoritarismo como, por exemplo, aconteceu durante o governo na Itália, onde surgiu o fascismo, onde o próprio Estado era a violência personificada sobre as pessoas, onde o Estado autoritário perseguia o seu cidadão. Isso é fascismo. E a segunda característica do fascismo é o contrário do que é o liberal, é a centralização da economia nas mãos do Estado. Então, qual é o modelo político hoje vigente no mundo que mais se assemelha ao fascismo, sendo autoritário e centralizador econômico? Não é o liberalismo, não é a liberdade econômica, não é o que nós adotamos aqui nos últimos quatro anos. O modelo econômico mais parecido com o fascismo original é o socialismo, que muitos dos partidos dos senhores levam no nome. Quem será que é mais fascista, dentro da definição de fascismo? Os liberais da Câmara de Porto Alegre ou os esquerdistas do Brasil e da política brasileira? Com certeza, são os esquerdistas. Daí vocês vêm aqui, distorcem as palavras, trazendo um novo significado, nos acusando do que vocês são, e fazem parecer que todos nós somos contra as liberdades individuais. Eu queria dizer para vocês que a liberdade mais importante que uma sociedade pode ter é a liberdade econômica, porque uma pessoa, podendo ficar com os frutos do próprio trabalho, ela pode ser o que ela quiser, e vocês não querem que as pessoas tenham direito ao fruto do próprio trabalho e não querem que as pessoas possam pensar por si próprias, vocês querem doutrinar nas escolas e dar um montão de ordens aleatórias para fazer as pessoas perceberem o quanto vocês, esquerdistas, são superiores em pensamento. Então, se existe definição de fascismo, o fascismo é o socialismo moderno. Então, quando vocês nos acusam de fascistas, por favor, lembrem: vocês estão se acusando, porque a nós não cabe essa pecha, porque a pecha de fascista é o autoritarismo, é a centralização de poder, o que nós não queremos, por definição. Os liberais querem liberdade em todos os aspectos, e o principal deles é a liberdade econômica. Se olhem no espelho, quando forem chamar os outros de fascistas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23, como coautora.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Também me inscrevi enquanto coautora desta moção de repúdio aos atos antidemocráticos protagonizados por um segmento da sociedade no dia 8 de janeiro. Esse dia tem que ficar marcado na história e na memória do povo brasileiro, enquanto uma grande tragédia anunciada, a escalada golpista do nosso País, fez parte do contexto dos últimos dois anos, e nós, enquanto oposição ao governo Bolsonaro, alertamos, alertamos em relação à concentração em frente aos quartéis, alertamos em relação à disponibilidade, inclusive ao financiamento de setores importantes da nossa economia protagonizando ações de *fake news*, ações antidemocráticas incentivando os seus influenciadores digitais algo que culminou no dia 8 de janeiro, ou seja, isso foi projetado. É para além daqueles peões que foram presos e que agora estão descobrindo a precariedade do nosso sistema carcerário. Estão reclamando da precariedade das prisões brasileiras porque, realmente, desconheciam essa realidade, que é uma realidade de boa parte do nosso povo brasileiro. Esse segmento tem que ser indiciado, tem que ser sem anistia, tem que ter um encaminhamento para aqueles e para aquelas que financiaram as ações golpistas. Não é simplesmente prender todo mundo. Também dialogar com esse sentimento de indisposição do nosso povo, e aí a polarização que está colocada dentro do Parlamento não ajuda a gente a avançar na raiz desse questionamento da nossa população, em relação a 30 milhões de pessoas sem carteira de trabalho assinada, em relação a 9 milhões de pessoas que estão no desemprego, em relação ao estado militar e policesco que nega direitos básicos, direitos que deveriam estar previstos desde a Idade Média para a população, de as pessoas não terem que sobreviver junto ao próprio esgoto. É essa a realidade de Porto Alegre, é essa a realidade de grandes capitais, essa indisposição, esse descontentamento que leva as pessoas, no desespero, a se manifestarem sendo utilizadas enquanto massa de manobra por esses bolsonaristas que se organizam dentro das assembleias, que se organizam dentro do setor econômico. Precisamos identificar quem financiou toda essa baderna no dia 8, precisamos diferenciar o método de luta histórico dos trabalhadores de ocupar espaços públicos, de trancar ruas, de reivindicar os seus direitos contra um estado colonial, militar que nega direitos, completamente distinto do que aconteceu no dia 8 de janeiro, que foi simplesmente terceirizar para o Exército Militar ser responsável por novas condições econômicas e políticas no nosso País. Isso é golpe! O objetivo dos protestos do dia 8 de janeiro era para fechamento de regime, completamente distinto dos movimentos e das pautas políticas que inclusive levaram à ocupação da Câmara de Vereadores, que era uma licitação para o transporte coletivo contra uma máfia que há 30 anos explorava o serviço de ônibus da cidade de Porto Alegre. É esse o objetivo da ocupação da Câmara de Vereadores, de 2013, legítimo, ocupação legítima que, neste ano, completa dez anos, e há dez anos nós estamos ainda reféns de uma máfia do transporte que não presta um serviço decente para a cidade de Porto Alegre. E, frente a isso, sempre o silêncio de todos aqueles vereadores que criminalizaram aquela

ocupação. Se não tivesse a ocupação, Ver. Pablo Melo, até hoje Porto Alegre não teria feito uma licitação para a prestação de transporte, completamente distinto do objetivo do dia 8 de janeiro. Eu convido os vereadores e as vereadoras da cidade de Porto Alegre a pararem de discutir o secundário enquanto o primordial, a pararem de discutir o método, como se isso fosse o grande problema da ocupação do dia 8 de janeiro, e não foi. O objetivo do dia 8 de janeiro era fechamento de regime para instaurar um regime que iria retirar ainda mais o direito democrático, os direitos trabalhistas e possibilidades de uma oposição que tem projetos para o Brasil, conseguir usar dos espaços políticos da rua ou parlamento para conseguir disputar a opinião pública, não através de fake news, não através de grandes financiamentos de multinacionais que querem mais é que o Brasil se exploda. A gente precisa debater os problemas da crise, isso que impulsiona toda essa polarização que está aqui, mas, infelizmente, dentro dessa política de despolitizar, de emburrecer o nosso povo, de afastar as pessoas da política com ceninhas como a gente vê no dia a dia da Câmara de Vereadores, é um teatro, muitas vezes, que a gente tem que protagonizar aqui. É isso que afasta as pessoas da política, é essa polarização que vem permitindo, cada vez mais, esse radicalismo emburrecido e que não responde ao sentimento de mudanças que a população de Porto Alegre e do Brasil vem clamando para todos nós.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/23.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PSC): Boa tarde a todos que estão nos ouvindo pela TVCâmara, aos colegas que estão presentes e ao público das arquibancadas. Eu acho até irônico ouvir algumas palavras aqui de alguns vereadores da oposição. Sou obrigada a concordar com várias coisas com que a Ver.^a Karen Santos falou agora. Nós estamos juntas na CUTHAB, uma das comissões mais importantes da Casa, e eu entendo que o público que nos colocou aqui tem outros objetivos e quer ver a gente, de fato, exercer a política para além do discurso da polarização. Mas, infelizmente, vereadora, tem colegas seus que provocam ao limite, e aí não podem ficar sem resposta. Eu queria ouvir essa coerência da esquerda, mas isso não existe, eu queria ver uma palavra sobre o incêndio que os grupos terroristas fizeram nos ministérios em Brasília, se eu não me engano em 2017, sobre a depredação e o quebra-quebra em 2013, dos *black blocs*, em 2019, na Av. Paulista, esses últimos acusados, grupo acusado de terrorismo doméstico em vários países do mundo, grupo visto como extremamente perigoso. Não vi vocês fazerem moção de repúdio contra essas manifestações, contra ocupações e invasões que depredaram, destruíram, tocaram fogo, quebraram bancos, quebraram ônibus e que a gente vai acontecer, sistematicamente, no Brasil, várias e várias vezes e que nunca tiveram uma palavra de repúdio por parte da grande imprensa, que via tudo como muito democrático, muito menos parte dos partidos de esquerda. Eu digo aqui em meu nome e em nome de muitos dos meus colegas que estão aqui hoje que nós queremos, sim, a

responsabilização de todos que quebraram e vandalizaram, em Brasília, do dia 8 de janeiro, porque a direita e os conservadores não gostam de quebra-quebra, a gente não tem esse costume. Nós queríamos, sim, a penalização de todos os que foram envolvidos, de quem abriu as portas, de quem instigou pela violência, e a gente quer, sim, uma moção de repúdio geral. Vamos fazer então uma contra o Presidente Lula que decretou sigilo absoluto sobre as imagens internas do dia 8 de janeiro de dentro dos prédios que foram invadidos. Mas onde está a transparência? Eu quero ver essas imagens. Vamos tornar essas imagens públicas, vamos investigar essas imagens, porque hoje em dia, em tempos de reconhecimento facial, com câmera, todo tipo de instrumento de segurança que nós temos hoje e todas essas instituições, tanto STF, quanto o Congresso, contra o Palácio têm câmera de segurança. É muito fácil identificar quem de fato quebrou, quem te fato depredou, quem fez o que não deveria ser feito. E que prendam essas pessoas. O que eu não consigo entender é como e por que o Presidente Lula coloca sigilo sobre essas imagens, pois deveriam ser de interesse público a investigação e a divulgação. Eu deixo aqui outra sugestão aos meus caros colegas de esquerda: que eles façam uma moção de repúdio a todas as mentiras e promessas vazias que foram feitas durante a campanha e que enganaram o povo mais vulnerável deste País. Cadê o aumento do salário mínimo? Cadê a moção de repúdio contra o não aumento do salário mínimo? Quero ver. Cadê a redução da tabela de imposto de renda? Porque esse Presidente prometeu que ia fazer, mas aí quem não ganha nem dois salários mínimos vai ter que pagar imposto de renda. Isso não desperta o repúdio de vocês, da esquerda? Vão fazer moção contra isso. Para concluir, Presidente, vamos fazer moção contra o dinheiro público do BNDES que eles querem botar em obras de outros países da América Latina, os amiguinhos comunistas, países ditadores que já deram calote no Brasil, que queriam pagar com charuto. Pelo amor de Deus, isso merece moção de repúdio. Tudo aquilo que foi dito para o pobre que ia ser feito e não foi, isso merece repúdio de todos nós, de toda a Nação brasileira, não só dos vereadores desta Casa. Muito obrigada. E antes, não posso deixar: fora Lula!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Karen Santos, o Requerimento nº 016/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **APROVADO** por 13 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Boa tarde, Presidente, por não concordar com nenhuma forma de violência e terrorismo e nem com ataques à democracia, eu votei “sim”.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0513/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 196/21, de autoria dos Vers. Claudio Janta e Pablo Melo e da Ver^a Comandante Nádia, que estabelece validade indeterminada, no Município de Porto Alegre, ao laudo médico pericial que ateste o Transtorno do Espectro Autista (TEA). (SEI 218.00032/2021-01)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto; Relator Ver. Hamilton Sossmeier: pela aprovação da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela aprovação do Projeto; Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Mônica Leal;
- incluído na Ordem do Dia em 29-08-22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 196/21. (Pausa.) O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Presidente Sossmeier, sabe que eu aprendi de tantos conselhos e orientações que tive, Ver. Cassiá, do meu pai, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, e quando era vereador desta Casa, colega do Oliboni, do Pedro Ruas, enfim, de outros vereadores que ainda continuam na Casa, ele sempre dizia, Ver. Pedro Ruas, que se lei resolvesse o problema do País, do Brasil, nós teríamos a Suíça do mundo. Porque no Brasil nós temos leis para tudo, e, infelizmente, muitas coisas não funcionam.

Então, este vereador, em consonância inclusive com a fala do Ver. Ramiro anteriormente, com a fala da Ver.^a Karen Santos, no sentido de que projetos relevantes, que façam a diferença na vida real das pessoas... Porque eu vi aqui muito vereadores falarem que são contra a polarização, mas moções como esta levam do lado a lugar nenhum. Eu não vi absolutamente o que agregou, Presidente Cláudia Araújo, a esta Casa, ao povo de Porto Alegre, uma discussão estéril como essa que vimos na votação desta moção. Então, nesse sentido, fazendo a crítica construtiva exatamente a essa questão da moção, que incendeia ainda mais essa polarização colocada no País.

O nosso projeto visa exatamente instituir o laudo permanente para pessoas com espectro autista, na cidade de Porto Alegre. Hoje, esse laudo serve, muitas vezes, de documento para acesso a benefícios assistenciais e previdenciários às pessoas com espectro autista e seus familiares. E como a carteira para a pessoa com espectro autista não está regulada pelo Município – aliás uma parceria minha com a Ver.^a Comandante Nádia, e aqui eu também quero fazer a deferência, porque ela colocou esse projeto e me

convidou para ser coautor com ela, eu convidei ela também para ser coautora deste projeto do laudo permanente, pois estamos trabalhando em conjunto para melhorar a vida das pessoas com autismo na nossa cidade, e também convidamos o Ver. Janta, que também é um vereador que atua nessa pauta e também foi um lutador para termos o Centro de Referência ao Autismo aqui na nossa capital. Por isso eu peço aos vereadores, tanto da situação quanto da oposição, apoio ao projeto, porque é um projeto que é bom para as pessoas com espectro autista, é um projeto extremamente positivo, acaba com a burocracia, ajuda a acessar benefícios previdenciários e assistenciais aqui na nossa capital, e é importante que essa legislação seja aprovada no dia de hoje. Por isso deixo essas considerações, estou à disposição para qualquer dúvida e peço aos meus pares a aprovação deste projeto, que é tão importante para essas pessoas da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 196/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sra. Presidente; boa tarde a todos os membros desta Casa. Eu tive a honra de ter sido convidado pelo Pablo e pela Nádia para assinar esse projeto. É um projeto de extrema importância principalmente para as famílias de crianças autistas, como o Pablo disse, para terem acesso à previdência, terem acesso à ajuda, a políticas que se têm na área da saúde, mas, principalmente, para terem acesso à saúde especializada que o autista necessita. O autismo, como já é de conhecimento público, é um espectro, ele não tem cura, então, não tem a necessidade de essa criança estar repetindo esse exame anualmente. A dificuldade primeira já é fazer o exame, porque a cidade de Porto Alegre está criando um centro de diagnóstico de referência do autismo com esse propósito de facilitar a vida dessas famílias para que, o mais rápido possível, tenham o laudo, o diagnóstico de que os seus filhos precisam das terapias, precisam de todo o acompanhamento necessário. Uma mãe que tem um filho já adulto, adolescente, se não tiver o laudo, se não tiver esse documento, ela não consegue nem tirar fralda para o filho se ele precisa de fralda, não consegue nem tirar leite especial – porque a maioria dos autistas têm ainda alergias alimentares, intolerâncias alimentares, restrições alimentares, uma série de coisas. Então, o laudo, quando dado, de um espectro que não tem cura – no nosso entendimento, do Pablo, da Nádia e no meu, e esperamos que seja o entendimento desta Casa – não precisa estar sendo referendado anualmente. A partir do momento em que têm esse laudo, as crianças seguem fazendo acompanhamento com neuro, com psiquiatra. Há dificuldade de conseguir essas consultas, então, geralmente, quem segue com o tratamento dessas crianças é o pediatra, é um clínico geral, é um médico de família que não está autorizado, por lei, a dar o laudo do espectro. Então nós contamos com a compreensão de todos os pares, esperamos que esse projeto seja

aprovado por unanimidade nesta Casa, dando um pouco de dignidade para famílias com crianças autistas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 196/21.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores vereadores, público que acompanha os nossos debates nas galerias e na TVCâmara; saudação especial também à Ver.^a Cláudia Araújo, que preside os nossos trabalhos no momento; e, em especial, aos vereadores proponentes desta iniciativa. É extremamente importante que nós, Parlamento do Município de Porto Alegre, nos atentemos às questões que estão por trás da boa vivência e dos direitos oferecidos, principalmente à população portadora de algum tipo de deficiência. Nós sabemos que existem várias enfermidades que não são tratáveis, vão acompanhar os portadores por toda a vida. Esta iniciativa diz respeito especificamente aos portadores de transtorno do espectro autista, e, portanto, precisamos votar unanimemente pela aprovação desta proposta. Porém causa-me muita tristeza perceber que este mesmo Parlamento, que provavelmente vai aprovar esta iniciativa, atacou os direitos dessa população. Foi votada e aprovada uma série de modificações na concessão dos vales-transportes e passagens escolares para os estudantes da nossa cidade. As pessoas que têm algum tipo de deficiência precisam renovar anualmente – anualmente! – as suas carteiras para usufruir do direito ao transporte público no Município de Porto Alegre! Todos os anos, mesmo que tenha uma enfermidade que vá os acompanhar ao longo da vida, que não tenha tratamento, como as pessoas possuidoras do transtorno espectro autista. Quando falamos em garantir direitos, precisamos também estar atentos ao direito de ir e vir, garantido pela Constituição, mas que foi cerceado no Município de Porto Alegre pelo prefeito Sebastião Melo e referendado por esta Casa Legislativa! Muitos ataques, ataques a crianças, adolescentes e adultos que têm algum tipo de deficiência, isso é inaceitável! Demorou demais para que o Parlamento dos porto-alegrenses abrisse os olhos e pensasse em estratégias para voltar atrás. Nós não podemos cercear direitos às pessoas com deficiência. Vamos nos ater a este tema, discutir e tentar reverter a situação injusta que o prefeito Sebastião Melo colocou essa população. Um grande abraço a todos e, mais uma vez, saudação à iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 196/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Cara Presidente Cláudia, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; em primeiro lugar dizer ao

nosso Ver. Alex, cumprimentar pela manifestação, e dizer ao Ver. Pablo e aos demais autores que eu acredito que essa proposta se estende também às questões do transporte coletivo. Por quê? Porque, para obter aquele benefício, todos os anos tu tens que pedir um atestado e encaminhar lá para a EPTC e para órgãos competentes. Se tu já tens o atestado permanente, parece que, ao menos, facilita a questão dos nossos autistas.

Mas também trazer um abraço ao Ver. Pablo, ao Ver. Claudio Janta e a Comandante Nádia pela bela e apropriada iniciativa. Dizer que eu apresentei na Câmara, a pedido, um projeto exatamente igual. Quando encaminhei o projeto, me foi informado pela Diretoria de que já havia um projeto nesse sentido, então retirei a minha proposta. Mas dizer, Ver. Pablo, que eu apresentei uma emenda dizendo que, além do portador de espectro autista, também sejam inseridas no processo as pessoas que nasceram com síndrome de Down. Eu acredito que isso leva mais um portador de deficiência para esse projeto, que é belíssimo e, por isso, cumprimento.

Vereador Pablo Melo (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Com certeza, se nós soubéssemos que o senhor tentaria protocolar posteriormente, nós o teríamos convidado para participar junto, pois essa, inclusive, foi a minha lógica e da Ver.^a Comandante Nádia. No projeto da carteira municipal de espectro autista, a vereadora tinha feito primeiro e eu estava também produzindo o mesmo, daí nós tocamos. Na próxima vez, vamos nos comunicar melhor. Um grande abraço.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Não, mas eu me sinto incluído. Obrigado. Então, dizer que vou votar favorável, que todos votemos favoráveis pelo que expressa esse projeto, e deem uma avaliada na nossa emenda que, repito, insere no projeto o portador de espectro autista e aquelas pessoas que nasceram com síndrome de Down. Obrigado e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 196/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Ver.^a Cláudia, presidindo os trabalhos neste momento. Quero dizer aos colegas vereadores que é muito importante que esta Casa trabalhe com pautas, pautas que nos unem. Existem pautas que não nos agregam, mas existem pautas que dizem respeito a todos nós, como é o caso da pauta das mulheres, de não violência contra crianças, contra o trabalho infantil para ser erradicado, e a pauta do autismo também, querido Pablo Melo, é uma pauta que une a todos nós. Eu fico feliz também de poder compartilhar, ter o Pablo, ter o Janta como companheiros deste projeto, e poderíamos ter tantos outros, Ferronato, para que a gente possa, a cada conhecimento, a cada experiência que nós temos do Parlamento, da nossa vida pessoal, da nossa vida profissional, crescer dentro de um projeto coisas que um outro parlamentar não viu e que o conjunto das ideias de mais de um parlamentar acaba

deixando o projeto muito melhor do que ele estava. Poder falar que neste momento nós podemos estar votando um projeto de lei que pode virar lei aqui em Porto Alegre, a fim de facilitar a vida de várias famílias, a vida de crianças, de adolescentes, de adultos, me deixa muito feliz, pois nós temos que desburocratizar, nós temos que deixar a vida de todos os porto-alegrenses, e muito mais daquelas pessoas especiais, muito mais tranquila e fácil de ser vivida. Quero dizer que ontem foi aprovada a Lei nº 15.951, a lei do governo Eduardo Leite que também diz sobre os laudos médicos periciais que atestam o transtorno do espectro autista com prazo de validade indeterminado. E olhem que legal: esta Câmara de Vereadores vem ao encontro do que fala o governo estadual, então acredito que, a partir dessa Lei nº 15.951 do governo estadual, nós sejamos a primeira Câmara de Vereadores que já poderá, logo em breve, aprovar também uma lei municipal que vá ao encontro do que diz o governo estadual. Isso me deixa muito feliz, assim como recebemos com muita alegria e com muita felicidade a emenda do querido colega Aírto Ferronato, que acresce a essa carteira com tempo indeterminado também aqueles com síndrome de Down. Muito obrigada, Ferronato, pela tua contribuição; muito obrigada aos vereadores que entendem que não precisamos ser únicos, sozinhos num projeto, mas que a gente pode compor, a partir do momento em que as pautas dizem respeito a outros parlamentares que aqui estão. Quisera eu que esta Câmara, Cecchim, tirasse as armas nos momentos em que as pautas nos unem, como é esse o caso, que eu tenho quase certeza que será aprovado, Presidente, se a senhora puder fazer de forma nominal, por unanimidade. Que todos nós possamos dizer “sim” a este importante projeto de lei, que não é da Nádia, que não é do Pablo, que não é do Janta, que não é do Ferronato, mas que é dos porto-alegrenses que mais necessitam do nosso olhar cuidadoso, do nosso olhar de parlamentares que querem uma Porto Alegre mais leve, mais rápida e mais eficaz. Muito obrigada aos colegas, então vamos à boa luta.

(Não revisado pela oradora.).

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registro a presença do Sr. Bolívar Gomes, vereador de Caraá, que é convidado do nosso vice-Presidente. Seja bem-vindo a nossa Casa, sempre à disposição.

O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para discutir o PLL nº 196/21.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde a todos os colegas, ao público que nos assiste. Eu fico muito à vontade em falar sobre um tema desses, Ver.^a Nádia, Ver. Pablo, Ver. Aírto Ferronato, porque quando tu vives essas questões da dificuldade que essas mães têm, que, muitas vezes... Como sempre atendi na ponta – por quase 20 anos – garantindo o direito dessas mães, através das crianças, dos adolescentes, vi o caminho que elas têm que cumprir para chegar até o diagnóstico de que um filho tem um espectro autista, e é um caminho muito árduo, um caminho muito difícil, são abandonadas pelos maridos, muitas vezes, são mães solo, e encontram essas dificuldades, muitas vezes até financeiras. Infelizmente, cresceu muito a dificuldade das crianças dentro das escolas, dentro dos seus lares, até chegar ao diagnóstico, para que a

mãe possa garantir os direitos sociais para o tratamento. Enfim, é muito difícil. Parabéns aos vereadores que entraram com esse projeto! Fico muito feliz também com a questão da síndrome de Down, porque é para sempre, não é algo reversível, e a mãe já tem uma dificuldade enorme de poder lidar com essa situação das burocracias, dos obstáculos que encontram diariamente em suas vidas, juntamente com seus filhos, muitas vezes sozinhas. Então, através da bancada do PSDB, iremos votar favorável, sim, sempre, principalmente quando se trata dos direitos das nossas crianças e adolescentes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 196/21.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde, Ver.^a Cláudia Araújo, que preside os trabalhos, nossa vice-presidente, demais vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores. Vereador Pablo Melo, essa é uma pauta unânime, e quero cumprimentar a V. Exa., à Ver.^a Comandante Nádia, ao Ver. Janta. Eu, particularmente, tinha uma tia excepcional, Ana Maria Bins Ely, que hoje se encontra no Oriente Eterno, que frequentava a APAE; cumprimentar também o Ver. Ferronato, que incluiu também as nossas crianças especiais, síndrome de Down, dentro do contexto desta iniciativa. Toda e qualquer iniciativa em favor das pessoas com alguma deficiência, seja o espectro autista, qualquer situação que possa envolver uma política pública em favor daqueles que precisam da compreensão da sociedade a respeito da sua condição deve ser considerada por essa causa como uma iniciativa nobre, tem o nosso apoio, eu tenho certeza também, Ver. João Bosco Vaz, e tudo aquilo que estiver ao nosso alcance, vereadora, nós estaremos fazendo também para auxiliar nessa iniciativa. Já participei de algumas atividades a respeito da consolidação de políticas públicas em favor do autismo. A gente sabe que realmente são várias as situações e vários os níveis de deficiência de crianças com autismo. Nós temos também outros tipos de doenças mentais. Quero dizer que já fiz algumas emendas impositivas ao Lar de Santo Antônio dos Excepcionais, também, entidade em que fui conselheiro durante muitos anos. O Lar de Santo Antônio abriga crianças excepcionais neurolesionadas, com lesão severa ou profunda, assim como o Inamex e outras entidades que têm cuidado das nossas crianças excepcionais. A gente sabe que é muito difícil. Existe todo um treinamento também nas nossas escolas públicas, vagas para as crianças excepcionais, dificuldade no aprendizado, tudo requer uma atenção muito especial. Eu acho muito oportuno e importante que a Câmara possa estar incluindo na agenda do debate positivo da cidade o enfrentamento a essa situação. Então, quero cumprimentar V. Exa. pela iniciativa, em conjunto com os demais vereadores, registrar aqui o nosso apoio e convalidar todas as falas dos que me antecederam em favor da iniciativa. Votaremos favoravelmente e acreditamos em iniciativas que, como esta, podem transformar realidades e facilitar um pouco a vida das mães, dos pais, das famílias que têm essa responsabilidade de tratarem, de cuidarem dessas almas abençoadas que convivem com a gente, mas que têm as suas limitações, as

suas dificuldades e precisam, sim, de um olhar especial; precisam, sim, de um cuidado especial, e que bom que nós estamos podendo dar a nossa contribuição a partir de uma iniciativa como esta. Então fica aqui o nosso registro, neste período de discussão, favorável ao projeto, estaremos votando a favor do projeto pela nobre causa e pela iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLL nº 196/21.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Ver.^a Cláudia, na presidência dos trabalhos; boa tarde, colegas vereadores, público nos acompanha na TVCâmara. Gostaria de parabenizar a iniciativa deste projeto por parte do Ver. Pablo Melo, por parte da Ver.^a Comandante Nádia, do Ver. Airto Ferronato e de todos os outros vereadores que contemplam esta pauta. Sabemos que o Ver. Márcio Bins Ely, a Ver.^a Cláudia e o Ver. Janta falam muito sobre a grande importância que nós temos em trazer para toda estrutura da cidade em volta do autismo. E essa carteira permanente, a não necessidade de ter laudos constantes, é um passo para essa entrega, como trouxe aqui o Ver. Marcelo, do PSDB, que sabe na prática, por ter trabalhado nos conselhos tutelares, a dificuldade dessas mães. E eu trago aqui um pouco mais da dificuldade que nós temos no sistema educacional, afinal nós temos uma lei que garante monitores por crianças especiais, crianças laudadas, dando toda a condição da real inclusão. Nós sabemos ainda que carecemos da quantidade necessária de monitores à infraestrutura necessária, e, por vezes, essas mães acabam indo para o judiciário. Por isso, nós precisamos ter uma política pública permanente, como esta carteira que o vereador está apresentando, de maneira que essa mãe não precise estar indo todas as vezes no judiciário requerendo uma monitora, para que a escola consiga se planejar sabendo que o laudo é permanente. Então eu trago aqui o ponto de vista sobre como é importante para o sistema educacional também fazer a real inclusão. Nós chegamos a ter escolas com 55 crianças laudadas, escolas com 1 mil alunos – é um número muito grande. Então eu trago isso aqui um pouco mais sobre o olhar da inclusão, que cada um dos nossos vereadores tem, em cima das suas pautas, e eu trago aqui quanto ao sistema educacional. Parabéns, Ver. Pablo Melo, parabéns aos demais vereadores incluídos nessa agenda, contem comigo, eu estou normalmente mais voltada para a parte educacional, mas eu sei da importância do tema e parabenizo pela iniciativa. Parabéns!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o PLL nº 196/22. (Pausa.) O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Ver.^a Cláudia Araújo, senhoras e senhores vereadores, em primeiro lugar, quero parabenizar pela sensibilidade do Ver. Ferronato por colocar uma emenda tão importante como esta, inclusiva às pessoas como síndrome de Down. Então, muito obrigado pela contribuição, Ver. Ferronato. Eu encaminho aqui, Ver.^a Mônica Leal, nós já tínhamos feito a discussão quanto a esta primeira emenda que foi a indicação do nosso procurador da Casa que, a princípio, não muda absolutamente nada. Então nós vamos votar a favor. Essa emenda não muda o projeto em absolutamente nada. Então nós recomendamos, naturalmente, aos pares, votarem a favor da emenda que é sugerida pelo procurador.

Quanto à questão colocada pelo Ver. Alex Fraga, o laudo, sim, hoje é renovável, e, passando a ser permanente, vereador, o senhor compreendeu bem, e muito obrigado pelo elogio, eu acho que as críticas que são feitas a outros vereadores, ou ao próprio prefeito, fazem parte da democracia, nós aceitamos muito bem aqueles que pensam diferente, mas, exatamente, tendo um laudo permanente, você não faz com que essas pessoas tenham que renová-lo ano a ano. Ora, se uma pessoa é diagnosticada, Ver.^a Fernanda Barth, com o espectro autista, ele não vai mais precisar renovar, porque ele terá o transtorno do espectro autista para o resto da vida. Então esse projeto vem exatamente para desburocratizar e para facilitar o acesso a benefícios assistenciais e previdenciários. Eu acho, Ver. Márcio Bins Ely, acho, não, tenho convicção que o exemplo arrasta. Quando protocolei este projeto, ainda na primeira passagem do nosso mandato, a primeira pessoa que eu procurei foi o Roberto Coimbra, eu fui até a sede da Panvel, ali em Eldorado do Sul, e procurei o diretor executivo do grupo Panvel. Eu tenho a convicção, vereador, que esses grandes grupos, esses grandes empreendimentos da nossa capital e do nosso Rio Grande do Sul, dando o exemplo... Eu fui pedir para eles que todas as farmácias da Panvel, de todo o Rio Grande do Sul, passassem a ter o símbolo do autismo, porque eu acho que o exemplo arrasta. Em todas as farmácias da Panvel, de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, agora também está sendo colocado, Ver.^a Mônica, e a primeira foi na Rua Eudoro Berlink, e me convidaram lá, gentilmente, para fazer o laço cor-de-rosa, fui lá ajudar a pintar. As farmácias da Panvel agora estão se adequando, e tenho certeza de que a farmácia São João também vem, assim como todos os outros grupos de farmácias e outros empreendimentos, pois eles estão incumbidos e imbuídos de também participar dessa grande campanha de conscientização. Por isso, eu encaminho aqui, Presidente Cláudia Araújo, pedindo aos nossos pares que aprovelem este projeto que é tão importante para os porto-alegrenses, um exemplo para o Rio Grande e para o Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 196/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 196/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 196/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 196/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns aos autores.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 011/23 – (Proc. nº 0048/23 – Ver.^a Biga Pereira e Ver. Roberto Robaina) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “à vereadora Maria Tereza Capra (PT), parlamentar na cidade de São Miguel do Oeste, Município de Santa Catarina, pela perseguição política sofrida, com a cassação de mandato, por decisão da Câmara de São Miguel do Oeste-SC, em retaliação à denúncia realizada pela parlamentar dos atos nazistas acontecidos na cidade em questão”. **(SEI 297.00016/2023-01)**

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o Requerimento nº 011/23. (Pausa.) O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, presidindo os nossos trabalhos, a Ver.^a Cláudia, colegas, todos que nos acompanham. Eu vim à tribuna, em primeiro lugar, para explicar os motivos que vão me levar a votar contra a moção. Acredito que a moção não esclarece a realidade dos fatos. Nós temos uma vereadora que, não importa o partido, foi cassada depois de uma reunião de nove horas sendo debatida no seu Município, por ela ter, nas suas redes sociais, usado uma imagem do Município dela, com o gesto da mão, do braço direito, da mão direita, numa cerimônia, numa reunião, num ato, em frente a uma unidade do Exército, e, lá, em São Miguel do Oeste, foi publicizado, e a gente está aqui, no calor do momento. Quero deixar muito claro, acusar uma pessoa de nazismo é algo muito sério. Nas redes sociais, ela colocou como sendo uma atitude nazista na cidade daquelas pessoas. Eu fico pensando naquela pessoa que estava naquele momento, e aí o orador da cerimônia pediu que as pessoas levantassem a mão direita para abençoar a bandeira e o Brasil, chegar em casa e ter um filho perguntando: “Bah, pai, tu és nazista?” E por ser uma *fake news* de uma denúncia mentirosa de que aquilo era algo nazista, aí eu quero abrir um parêntese: depois de nove horas de discussão, de uma votação unânime de cassação dessa parlamentar, o Ministério Público – alguns vão dizer que isso não é um julgamento político – arquivou esse caso, porque tem um vídeo mostrando que foi pedido a essas pessoas que elas abençoassem a bandeira e a Nação. Olha só, gente, eu acho que nem tinha que ter essa moção. Eu não estou dizendo que ela não está sofrendo lá, claro que deve estar, porque imagina dizer numa cidade que aquilo é um núcleo nazista. Detalhe: existem células nazistas neste País que precisam ser presas, é um crime, eu não estou discutindo isso, mas, naquela situação,

foi usado todo o mundo sabem para quê? Para angariar curtidas, seguidores, mobilização – isso é antigo. Infelizmente, a política está usando a raiva para fazer adesões. Mesmo que entre na justiça, eu acho muito complicado o nosso Parlamento aqui da capital aprovar uma moção de algo desse quilate, porque pode ser que ela tenha um ganho na justiça, pode ser que ela seja inocentada, pode ser que ela não seja. Hoje ela é uma vereadora cassada por uma *fake news* de denúncia equivocada e injusta de uma cidade. Então, por esses motivos que eu explico aqui, não vou poder votar a favor. E repito, vou pedir de novo aqui nesta Casa: a gente tem visto levemente pessoas sendo acusadas de fascistas, de nazistas, vamos ter muito cuidado, porque isso, além de gerar processo, gera, às vezes, uma ferida profunda, porque a injustiça é muito grande. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Se procurar direitinho, alguns vereadores aqui podem responder pela mesma questão que cassou a vereadora lá de São Miguel do Oeste, porque, nas redes sociais de muitos – inclusive, nós temos precedente que permanece o flagrante contínuo, enquanto permanece nas redes sociais – vereadores da esquerda ultraradical colocaram nas suas redes sociais, tentando lacrar no Facebook, que aqueles milhares de manifestantes que estavam jurando fidelidade ao pavilhão nacional... E todos os homens aqui já juraram fidelidade ao pavilhão nacional, porque, no serviço militar obrigatório, é obrigatório jurar fidelidade ao pavilhão nacional. Então, todos os homens aqui podem ser acusados pelo crime de nazismo sob a ótica daquilo que os senhores estão colocando para apreciação nessa moção de repúdio. É óbvio que aquelas milhares de pessoas, alguns judeus, não estavam lá fazendo apologia ao nazismo, é óbvio! E o que culminou com a cassação da vereadora? Uma ofensa, uma quebra do decoro de uma parlamentar para com o povo da cidade que ela representa. É vergonhoso, para uma cidade, que uma das suas representantes impute falsamente um crime a milhares dos cidadãos que a cidade representa através do seu Parlamento. E foi isso que aconteceu lá. Daí a vereadora, com todo direito de processo legal, seguindo todo o rito processual, foi julgada pelos seus pares, como, por exemplo, querem abrir comissão processante contra colegas vereadores. Então, se eles seguiram rito processual e sabendo que a cassação política é política e não apenas jurídica, nós temos que respeitar a autonomia do Município de São Miguel do Oeste, que teve o seu Parlamento ofendido por uma conduta mentirosa de uma vereadora. Ela, em si, pode ser uma pessoa boa, pode ser uma pessoa ruim, mas teve uma conduta mentirosa que imputou falsamente um crime a milhares de cidadãos, tirando, ofendendo a honra de milhares de cidadãos. Se vocês acham que milhares de pessoas de uma única cidade são... esse crime que vocês estão tentando imputar que aconteceu lá, então, na verdade, erradas são essas pessoas que pensam que milhares de pessoas cometerem esse crime. É óbvio, eu reagi a esse vídeo na ocasião, mostrei, assim como falei aqui que o

juramento à bandeira é uma obrigação dos homens brasileiros natos que vão prestar serviço militar obrigatório, e eu quero fazer apenas uma ressalva aqui: eu achei de mau gosto a saudação à bandeira. Achei de mau gosto. É óbvio que é de mau gosto, porque deu margem para essa má interpretação e gerar toda essa narrativa contra aqueles cidadãos. Agora, uma coisa não se confunde com a outra. Não se confunde imputar crime às pessoas, sob a alegação de fazer uma narrativa política. Onde é que nós iremos parar? Onde é que vai acabar a narrativa em nome da criminalização dos cidadãos? Daqui a pouco pode ser contra um espectro político que vocês não gostam, mas e quando começar a ser apontado para vocês? Quando um parlamentar da direita começa a inventar crimes que vocês não cometeram, para julgar vocês pelos crimes que vocês não cometeram, vai ser legal? É isso que vocês querem? Então, temos que regular por cima. E, se assim for, não podemos aprovar essa moção de repúdio, porque nós estaremos depondo contra a autonomia da cidade que cassou a vereadora.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23, como coautora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Ver.^a Cláudia; colegas vereadoras e vereadores, eu subo a esta tribuna para solicitar o apoio e o voto favorável a uma moção – quero aqui reparar, vereador que me antecedeu – de solidariedade; não é uma moção de repúdio, é uma moção de solidariedade. E aqui eu não estou entrando no mérito, Ver. Jessé, sobre a postura nesse ou naquele ato. O que nós estamos propondo aqui é uma moção de solidariedade a uma vereadora que sofreu violência de gênero. Sei que as minhas colegas sabem o que isso significa. Violência de gênero, inclusive com ameaça de morte. Ela fez uma postagem em uma rede social e foi acusada de falta de decoro parlamentar. Assim como a vereadora de Criciúma, outras mulheres vêm sofrendo violência de gênero porque ousam estar em espaço público de poder. É sobre isso que nós estamos apresentando. Nós não entramos no mérito desse debate que aqui o Maluco do Bem apresentou. Nós não podemos deixar que a agressão contra as mulheres seja algo do cotidiano, e que esta Casa silencie frente a isso. Porto Alegre elegeu várias mulheres, como eu, vereadoras. Nós estamos neste espaço para defendê-las inclusive, nós não podemos, portanto, admitir e perder o senso da gravidade que isso representa. Aqui foi falado em criminalização da política, aqui foi falado em liberdades, pois então vamos tratar disso. Isso não é uma questão de semântica, é uma questão de vida real.

As mulheres que ousam estar neste espaço estão sofrendo violência de gênero. Portanto, eu conto com o apoio dos colegas vereadores, mas especialmente das colegas vereadoras. Aprovar essa moção de solidariedade é demonstrar que esta Casa está comprometida com a luta das mulheres e, portanto, está comprometida com uma cidade mais justa para todas as pessoas. É sobre isso que nós estamos falando, é sobre esse apoio

que eu estou pedindo para essa moção de solidariedade. Nós não podemos banalizar tal situação como o que vem acontecendo em Santa Catarina, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sra. Presidente Cláudia Araújo, senhores vereadores, senhoras vereadoras, vou ler aqui o início do projeto que requer que seja encaminhada moção de solidariedade à Ver.^a Maria Tereza Capra, do PT, parlamentar da cidade de São Miguel do Oeste. E eu pergunto, contribuinte porto-alegrense, aqueles que nos acompanham nas redes sociais, qual é a importância para capital de todos os gaúchos dessa moção de solidariedade e da outra moção que nós votamos anteriormente? Eu já respondo: é nenhuma! É nenhuma! Quando eu vi a crítica construtiva da Ver.^a Karen e do Ver. Ramiro Rosário de que esta Casa não tem votado e não tem construído projetos que vão ao encontro do cidadão porto-alegrense, eles têm toda a razão! Ora, aqueles que reclamam da polarização são aqueles que fazem moções exatamente para exacerbar a polarização! Eu encaminho para o meu líder da bancada, Ver.^a Lourdes, ou para o Ver. Cecchim, que nos indique se é para votar a favor ou contra, porque isso, para o porto-alegrense, não tem nenhuma importância.

E eu quero, para finalizar, Ver. Bobadra, me solidarizar ao senhor, ser chamado de oportunista, o senhor, o prefeito, por alguns é elogio! O comunismo de araque e de iPhone nós já derrotamos em 2020, e nós vamos derrotar em 2024! Porto Alegre conhece o que é comunista de araque e comunista de iPhone! Discursa e fala para os pobres, mas vai para Nova Iorque e para Paris comer strudel com chantilly. A gente conhece essa gente!

Então, Ver.^a Cláudia, uma boa tarde a todos e vamos votar aquilo que é importante para Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sra. Presidente; olha, realmente, esse caso da vereadora teria se tornado uma jurisprudência, um paradigma, se aqui estivessem outros parlamentares que agora não estão, deram sorte. Nós temos aqui um vereador que realmente, esse sim, seria cassado, mas não está aqui, graças a Deus, Deus o abençoe, que fique bem longe desta Casa.

Bom, vou falar sobre oportunismo, oportunismo político é algo importante de ser debatido, eu quero falar de um grande parlamentar que está aqui há muitos anos. Esse,

sim, é oportunista político, não sabia que ele ia para França, para os Estados Unidos, ele tem um gosto refinado realmente, ele mora numa mansão da Ilha da Pintada e é riquíssimo – merece certamente, trabalhou muito. Gostaria de ver um dia a carteira de trabalho dele. Ele não é oportunista, ele foi suplente de um candidato com 81 anos de idade ao Senado – ele não é oportunista. Ele que deu um soco na cara de uma pessoa que assistia a uma audiência aqui, está gravado. Esse, sim, não é oportunista; ele que é casado com a Luciana Genro, e é engraçado porque ele é genro do Tarso Genro. Então, ele vem de uma família de pessoas tradicionais, pessoas de posses, e ele, certamente, não é um oportunista político. Não é nada pessoal, mas V. Exa. faz parte da esquerda caviar e defende os pobres. Gostaria que V. Exa. pudesse distribuir um pouco da sua riqueza, da sua grande fortuna para aqueles que mais precisam.

Essa moção, por óbvio, somos contra, ela não agrega em nada para 1,5 milhão de pessoas que moram em Porto Alegre. Nós vamos enfrentar, certamente, nos próximos anos, muita dificuldade. Os mesmos que lá estiveram durante muitos anos no governo federal voltaram e voltaram com muita sede ao pote. Antes, nós tínhamos um ministério técnico por pessoas qualificadas, pessoas que agregavam, sim, para o nosso País. Hoje temos um ambiente totalmente político, um ministério político do toma lá, dá cá. Então, é muito fácil fazer oposição ao Lula e, certamente, nós estaremos aqui, todos os dias, defendendo os interesses da Nação brasileira.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, agradeço aos colegas vereadores e vereadoras que compõem o bloco de oposição possibilitar a utilização desse espaço. Quero pedir desculpas ao público que nos assiste em casa e nas galerias, que tiveram a demonstração do que é uma manifestação de uma pessoa despreparada. O Ver. Robaina há quantos anos é divorciado da deputada Luciana Genro?

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vereadores, nós temos um vereador na tribuna.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Peço que segure o meu tempo, Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Pois não. (Pausa.) Temos vereador na tribuna.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Retomando a minha fala, demonstra-se, através dos atos e fatos, que o vereador que me antecedeu na tribuna não tem respeito e demonstra a desqualificação representada por ele nesta Casa Legislativa quando sobre à tribuna e descaradamente mente. Há quantos anos o Ver. Roberto Robaina é divorciado da deputada Luciana Genro? Muitos anos! Isso é notório, é público. Muitos anos! Aí o vereador usa esse espaço para mentir. É triste.

Mas vamos aos fatos: estamos discutindo...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Suplente com muito orgulho, da bancada do PSOL, e fiz mais votos que senhor na última eleição. Lave a sua boca! Eu gostaria de ler um trecho da Lei 5.700, de 1º de setembro de 1971, que é justamente a lei que dispõe sobre os nossos símbolos públicos. Art. 30, sobre o devido respeito à bandeira nacional e ao Hino Nacional. O art. 30 diz o seguinte (Lê.): “Nas cerimônias de hasteamento ou arriamento, nas ocasiões em que a Bandeira se apresentar em marcha ou cortejo, assim como durante a execução do Hino Nacional, todos devem tomar atitude de respeito, de pé e em silêncio, os civis do sexo masculino com a cabeça descoberta e os militares em continência, segundo os regulamentos das respectivas corporações. Parágrafo único. [Para quem não sabe ler! Que não foi alfabetizado. Eu sou professor, e por isso devo colaborar.] É vedada qualquer outra forma de saudação.” Levantar o braço direito em direção à bandeira nacional, não é outra forma de saudação? É vedado por lei federal, não é uma atitude respeitosa, portanto, a vereadora que foi indevidamente cassada estava correta. É lei, respeite-se a lei, ou a extrema direita não tem a capacidade de respeitar a lei? Principalmente uma lei que fala sobre os nossos símbolos nacionais. Levantar o braço direito é uma clara, notória e histórica saudação nazista. É assim. É isso.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): No Exército é normal? O senhor quer que eu leia novamente o parágrafo único do art. 30 da lei? Ver. Bobadra, se o senhor não sabe ler, infelizmente, eu não posso fazer nada, não sou alfabetizador, sou professor de biologia, me desculpe.

Portanto, manifesto aqui, em nome da bancada de oposição, a nossa posição de apoio a essa moção, uma moção de apoio a uma vereadora que foi injustamente cassada por manifestar uma opinião que está respaldada em lei federal. Peço apoio de todos os vereadores e vereadoras desta Casa Legislativa para que essa injustiça seja minimamente remediada pela manifestação deste espaço democrático. Grande abraço e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver.^a Cláudia Araújo, que preside esta sessão, vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra de nos assistir pela TVCâmara; primeiro, fazer algumas correções importantes aqui, Ver. Robaina. A primeira é em relação ao Ver. Alex Fraga: ele não é vereador suplente, ele é vereador titular, ele tomou posse como titular, com a eleição do, então, Ver. Matheus Gomes. Ele é vereador titular, com muito orgulho nosso, do PSOL. Segundo, V. Exa. foi ali, eu não costumo tratar pessoalmente os vereadores, mas V. Exa. foi ali ao lado do Ver. Robaina chamá-lo na rua para brigar, com várias testemunhas. V. Exa. fez isso agora. É importante que aconteça aqui na tribuna e que se diga o que aconteceu. O Ver. Robaina sabe o que aconteceu. Chamou ali para brigar lá fora. Desafiou. V. Exa. já tem histórico de briga com vereador na rua.

(Aparte antirregimental do Ver. Alexandre Bobadra.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu não tenho, não, senhor. Eu não vou discutir com Vossa Excelência. O que é que acontece?

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ver. Bobadra, por favor, nós temos um vereador na tribuna.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Nós temos uma situação nesse pedido importantíssimo. O Ver. Alex Fraga foi muito feliz, ele colocou aqui legalmente quais são as formas de saudação ao maior símbolo da Nação brasileira, que é o Pavilhão Nacional, que é a nossa bandeira, e nessas formas não se inclui a saudação com o braço direito estendido. Historicamente, qualquer filme sobre o holocausto, sobre a 2ª Guerra, sobre o nazismo mostra que a saudação hitlerista-nazista era o braço direito estendido ou levantado com a mão espalmada. O mundo sabe disso.

Bem, com relação à cassação, se essa foi a acusação – e é essa que aparece de São Miguel do Oeste – consultei antes a Ver.^a Karen Santos...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, não é possível! Eu estou sendo provocado na tribuna. O vereador vem e me mostra... Não é possível o que ele me mostre aqui... Não, não acredito. Peço que desconte do meu tempo, Presidente. O vereador aqui mostrou... Eu sei o que foi!

Então, o que ocorre: nós temos que ter, sim, uma posição na capital coerente com a história e o respeito que nós temos que ter àquilo que representa, Ver.^a Mônica Leal, cada momento histórico que a humanidade viveu. Eu falo isso para V. Exa. porque eu tenho ampla liberdade de debate com V. Exa., pois nós protagonizamos aqui o maior

debate que esta Casa já teve, que foi em relação à Avenida da Legalidade, ou Avenida Castelo Branco, e em nenhum momento V. Exa. faltou o respeito com este vereador, e em nenhum momento este vereador faltou o respeito com V. Exa., e foi um grande debate. Quero dizer a V. Exa. exatamente isso: esses símbolos que a humanidade consagrou como sendo símbolos de representação nazista foram denunciados por uma vereadora em São Miguel do Oeste, e isso não pode ser motivo para cassação de um mandato. Até porque, quando se caça uma vereadora, um vereador, está se cassando todos que votaram nela, todos que votaram nele, é uma cassação do povo, e não é qualquer coisa que pode levar à cassação de um parlamentar, de uma parlamentar. Vereador Moisés Barboza, eu entendi sua colocação, mas quero lhe dizer que a medida foi extremada, e, portanto, injusta e sem sentido, e aí cabe, sim, a nossa moção de repúdio a uma medida tão absurda que certamente o Judiciário vai reverter. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Cláudia Araújo, realmente, tempos sombrios estamos vendo aqui nessa Câmara, a várzea chegou. É vereador peitando outro vereador; é vereador vindo à tribuna, enquanto o local sagrado de todo parlamentar está sendo utilizado. Aliás, já vimos isso, já vimos, na invasão da Câmara, o Ver. Janta utilizando a tribuna e vândalos, aí sim, vândalos, atirando moeda, pedra no vereador que estava aqui; vândalos subindo na mesa da presidência e se achando, todos, coitadinhos. Complicados tempos nós vamos viver nesta Câmara de Vereadores, que, no meu último mandato, não tinha um nível tão baixo por parte de alguns vereadores. Nível baixo, porque o parlamentar que está aqui imbuído das suas atividades foi legitimamente eleito pelo voto popular, pelas pessoas que entenderam que ele estaria aqui representando aquele segmento, aquelas pessoas. Eu venho da Brigada Militar, em que todos, todos, até aqueles com os quais eu não concordo, são respeitados. E eu não falo nomes, mas a cada um cabe a sua mão na consciência.

Mais uma moção! Eu concordo, quando diz o Ver. Ramiro, de limitarmos, Ver.^a Cláudia, que está na Mesa, nesse ano, limitarmos as moções por bancada, Ver.^a Mônica, que está há quatro mandatos aqui, e que tem relatado que nunca esta Câmara teve tão baixo nível de conhecimento de discussões que tenham robustez, onde a narrativa é feita de uma forma para enganar o povo que está escutando, que está nos vendo. Narrativas que são mastigadas e que ficam nojentas, porque não são realidades. A vereadora, cuja moção está sendo pleiteado o voto de solidariedade, já sofreu a sua advertência, através da cassação, de 13 vereadores, 10 votaram a favor. Quando eu vejo que tem vereadores que não entendem o símbolo máximo do juramento que fazem as pessoas, que fazem principalmente os militares, que fazem os formandos nas suas formaturas, jurando cumprir aquilo que aceitaram a partir dos seus estudos, da conclusão dos cursos, dos militares, e que muitos riem aqui porque nunca foram e jamais serão, não

teriam competência, não teriam o equilíbrio emocional para estar na rua atendendo de A a Z, sem olhar cor, sem olhar gênero. Aliás, falando em gênero, as mulheres, muitas da esquerda, que ingressam na política querem fazer o mimimi porque são mulheres. Foi cassada porque era mulher; falou isso porque sou mulher; então não entre na política. Política não tem cor, política não tem sexo, política tem conhecimento e trabalho, trabalho para aqueles que nos colocaram aqui. A mão esticada é garantia de fidelidade, é garantia de jurar aquilo que é mais caro, e veja bem, eu faço o juramento a quem eu quiser e, inclusive, ao meu símbolo maior, enquanto outros queimam os símbolos maiores, e eu não vejo ninguém falando aqui mal, enquanto outros defecam em cima do símbolo maior, que é a nossa Bandeira do Brasil, e eu não vejo nada! Agora, fazer o juramento, dizer à minha bandeira, à minha pátria que jamais ela será vermelha e que é fora Lula, isso eu não vejo problema nenhum. Então, queridos, é não a essa moção e vamos pensar, Presidente, em acabar com esse floreio de moções de tudo que é espécie, sem qualquer tipo de solidez real e que possa ter alguma melhoria na vida do João e da Maria que estão na rua e que eu conheço bem. É não, e obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Estamos recebendo a visita do deputado estadual Felipe Camozzato, nosso ex-colega; seja bem-vindo.

O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23, pelo governo.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, quero agradecer aos líderes do governo, Ver. Cláudio Janta e Ver.^a Cláudia Araújo, que permitiram que eu pudesse me manifestar depois de já ter me manifestado, mas houve algumas considerações aqui, e eu preciso retornar à tribuna. Foi dito, nesta tribuna, que era injusto, e foi lido aqui, por um vereador que antecedeu, da bancada do PSOL, que os cumprimentos à bandeira são vedados e tal, blá-blá-blá.

Gente, não vamos subestimar a inteligência das pessoas. A vereadora não foi cassada por descumprimento das regras do cumprimento ao Pavilhão Nacional. Ela foi cassada porque ela disse que aquilo era uma célula nazista; ela acusou mães, pais, cidadãos que estavam numa cerimônia. Repito: o Ministério Público arquivou por causa disso, a denúncia dela foi arquivada, porque aquilo não é uma célula nazista. E aí eu quero dizer aqui que tem um colega, que eu não tenho procuração para defende-lo, que, no dia da sua posse, foi acusado de nazista! E aí eu vou fazer assim, um apelo, eu não estou brigando, eu não estou xingando, mas veja bem, esse colega tem dois filhos, os dois filhos estavam aqui. Eu tenho dois filhos, e eu fico me colocando no lugar desse colega, que é o colega Tiago, de um filho, em casa, perguntar: “Pai, por que te chamaram de nazista?” Essa vereadora foi cassada porque denunciou falsamente para ganhar curtidas e angariar os seus eleitores, dizendo, injustamente, que as pessoas que estavam provocadas por um orador a levantar o seu braço direito... Gente, eu fui num velório, e eu vou dizer aqui: fui no velório da esposa de um colega aqui da Casa, da Guarda Municipal, que perdeu uma

perna, me ajude a lembrar o nome dele, que se aposentou aqui, da Guarda Municipal, o Salazar, e lá os parentes pediram para que os presentes levantassem a sua mão direita para abençoar aquele momento e pedir luz. Se tirassem uma foto do velório, eu ia ser acusado de nazista?

Então, me poupem! Não venham aqui dizer que há o descumprimento, as regras têm que ser não sei o quê... Não foi por causa disso. E eu espero que cassações assim, de coisas levianas, injustas, que machucam, que ferem, que machucam a família das pessoas, aconteçam em todos os legislativos, porque é muito duro, machuca muito as pessoas, para fazer fanfarra de ganhar curta e mobilizar. É só falar sobre fascismo e nazismo que alguns partidos, alguns eleitores vibram. Gente, a injustiça é muito profunda, eu peço desculpas ao colega Ver. Tiago ter citado ele sem pedir sua autorização. E muito obrigado, Ver.^a Cláudia, Ver. Janta, por terem me permitido falar novamente. Por isso, votarei não.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente Cláudia. Acho bastante simbólico e significativo que nós façamos essa discussão no momento em que nós temos uma mulher na presidência dos trabalhos aqui na Casa, mas eu gostaria, colegas, de começar compartilhando com vocês que, por vezes, fico assustado. Vocês sabem que eu devo estar aqui na minha terceira sessão, na condição de titular, mas assustado com uma certa dose de prepotência que permeia os debates nesta Casa.

Agora há pouco um parlamentar subiu aqui, foi questionado na sua fala por ser suplente, sendo que agora é titular nesta Casa; agora há pouco outra vereadora falou que a várzea chegou. Eu quero humildemente dizer para vocês que eu era suplente de vereador, estou hoje na titularidade. Na condição de suplente fiz 3.691 votos, mais do que muitos titulares desta Casa, mas, em momento algum, coloquei isso em debate, em discussão, porque eu acho que aqui precisamos fazer a discussão como iguais. E quero dizer que eu acho que o sinal que a gente dá para cidade não é bom, quando a gente leva o debate para alguns dos rumos que são colocados.

Foram colocados argumentos na discussão, Ver.^a Karen, que vão no sentido de apresentar que essa moção não agrega nada ao debate. Mas isso foi defendido inclusive por um interlocutor, por um vereador aqui nesta tribuna, que já propôs, nesta Casa, a concessão da maior honraria de Porto Alegre para Eduardo Bolsonaro. Eu quero saber o que agrega a Porto Alegre Eduardo Bolsonaro. Então existe uma contradição muito grande nos argumentos colocados em discussão. Eu vou tomar a liberdade de citar o Ver. Moisés Barboza, eu não encontro ele aqui no plenário, mas porque ele é um dos vereadores que melhor me recebeu na minha chegada aqui na Câmara. De forma muito generosa, vereador, eu queria dialogar com as ideias que tu apresentaste. Essa moção de

solidariedade apresentada pela Biga não faz uma discussão exatamente. Por mais que eu ache que o Ver. Alex trouxe elementos fundamentais, não faz uma discussão sobre se era, ou não era uma saudação nazista, é uma moção de solidariedade, por quê? Porque a vereadora, ao ser cassada, foi vítima de perseguição política. A questão fundamental é essa. Se a questão fosse *fake news*, vereador, nós temos alguns colegas aqui, não me sinto à vontade para citar nomes, que, se tu fores seguir no Instagram, o Instagram diz o seguinte: “Você quer mesmo seguir esse cidadão? Porque esta página, recorrentemente, divulga *fake news*”. Então, se a questão fosse cassação por *fake news*, nós teríamos colegas que não poderiam estar aqui. Cassação é por perseguição política pela posição que ela apresentou. Se não me engano, o Ver. Jessé, peço desculpa se eu tiver me equivocado, ele mesmo reconheceu que a saudação feita, talvez pelos motivos apresentados pelo Ver. Alex, permite essa interpretação. Por permitir essa interpretação, a vereadora contestou, e aqui, este plenário volta e meia defende a liberdade de expressão, e mais uma vez a gente se contradiz. Eu tenho uma segunda prova da minha convicção de que é perseguição política, porque a Ver.^a Giovana Mondardo, de Criciúma, segunda mais votada da cidade, quando assumiu o mandato tinha 28 anos, a minha idade hoje, ela foi ameaçada de morte. Eu posso mostrar para cada colega vereador a postagem da Ver.^a Giovana. A Ver.^a Giovana faz um alerta do risco daquela saudação, um alerta, porque nós não podemos flertar, em momento algum, com aquele momento histórico. Ela pede investigação, ela pede que seja apurado. Ela não sentencia, ela é prudente, e a resposta, ela é ameaçada de morte, chamada de prostituta, de vagabunda, de gorda. Eu não queria falar essas palavras aqui, mas é porque a gente precisa compreender o que está acontecendo no Brasil. E é justamente pela gravidade do que está acontecendo no Brasil que eu quero te parabenizar minha colega, Biga, pela apresentação dessa moção, e, sem dúvida alguma, reiterar o encaminhamento do PCdoB, que é favorável à solidariedade e contra a perseguição política neste momento, no nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 011/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que acompanha este debate, vejam só que ironia do destino: subiu aqui, nesta tribuna, que eu subo agora, o filho do prefeito, vereador suplente que assumiu agora, porque o pai dele pegou o Ver. Cezar Schirmer e deu uma secretaria, mas, antes de dar a secretaria para o Cezar Schirmer, equiparou o salário de vereador com o secretário, aí o Schirmer foi, e o Pablo está aqui. Aí vem gente atacar vereadores suplentes da esquerda! Ah! Isso é lindo, não é? Vocês só não combinam entre vocês da extrema direita. Mas mais do que isso, Ver. Pablo Melo, o senhor vem aqui e diz: “Não contribui essa moção para Porto Alegre”. Mas o senhor não vem aqui falar dos R\$ 70 milhões que a Fraport não vai pagar de imposto de IPTU para esta cidade – isso o senhor não fala! Quer dizer, está sobrando dinheiro no caixa da Prefeitura. Aqueles quase R\$ 3 milhões que o governo do seu pai queria pegar para

abonar. Tinha lá! Ainda bem que eu nunca botei os meus pés numa loja dessas, uma lojinha lá da entrada da cidade queria abonar, a esquerda entrou no tribunal, no Ministério Público de Contas e barrou. Barrou a brincadeirinha que queriam fazer com o dinheiro do DMAE, do saneamento. Aí eles vêm aqui e dizem: “Não contribui isso, não contribui aquilo”. Com isenção de impostos aos poderosos, eles ficam tranquilos, quer dizer, isso contribui. O ônibus da cidade está sem ar-condicionado ainda, porque o seu governo, o governo Melo, não autua as empresas. As empresas ganham dinheiro, foram R\$ 100 milhões no ano passado – isso não contribui para cidade, Ver. Pablo! O que contribui é fiscalizar. Mas é claro que o senhor, evidentemente, tem muita dificuldade de fiscalizar, porque o senhor é filho do prefeito. Mas aí o senhor veio aqui falar de uma vereadora que teve seu mandato roubado, porque ela denunciou o gesto com a mão direita. Eu desafio vocês, desafio vocês que vieram a esta tribuna dizer que não, que não é fora da lei, que pode fazer o gesto com a mão direita, desafio vocês, vereadores extremistas, a fazerem o gesto com a mão direita aqui! Vocês querem votar contra a moção? Façam o gesto aqui! Façam o gesto! Façam agora! Façam o gesto com a mão direita! Façam o gesto! Façam! Eu desafio vocês: façam, se está dentro da lei! Falta coragem a vocês; sobra demagogia, sobra blá-blá-blá! Mas a gente sabe – não é, senhora Ver.^a Nádia? – que vem aqui falar que a esquerda põe excrementos nos espaços públicos, defeca. Quem defecou foram os bolsonaristas; teve um lá que mostrou a busanfa em rede nacional para as câmeras de vigilância. Foram eles, no dia 8, que defecaram em cima das mesas do STF, em cima da lei. Sabem o que simboliza isso? Vergonha nacional! Aí a senhora vem falar que a esquerda, a esquerda... Vocês, extremistas de direita, é que não respeitam a lei, que destruíram o País, que sequestraram a Pátria. Vocês que são fora da lei! E vocês vêm aqui defender, vocês vêm defender... Então, caros vereadores, respeitem a democracia! Vão para as urnas, perderam em outubro para o Lulinha, e o Lulinha está lá, vai botar muita gente no xilindró e vocês vão poder... Sabem o que é que vocês vão poder fazer? Levar cigarro. A senhora, Ver.^a Nádia, vocês que defenderam aqui, vão poder levar cigarro para o bolsonarentos terroristas, porque é permitida a visita. Se vocês quiserem, poderão levar lá algumas coisinhas para eles, que eles precisarão, na cadeia, porque eu garanto que eles vão ficar muito tempo lá dentro.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 011/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.)

(Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze vereadores presentes. Não há quórum.
Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h41min.)

* * * * *